

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



PLANO NACIONAL DE INVESTIMENTO AGRÍCOLA E DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PNIASAN)

Tabela de MATÉRIAS

ABREVIATURAS	5
SUMÁRIO EXECUTIVO	Erro! Marcador não definido.
1.contexto sectorial	Erro! Marcador não definido.
2. O processo de implementação do CAADP	Erro! Marcador não definido.
I INTRODUÇÃO	Erro! Marcador não definido.
II CONTEXTO GERAL E SECTORIAL	Erro! Marcador não definido.
2.1. Contexto Económico e Social de São Tomé e Príncipe (STP)	Erro! Marcador não definido.
2.1.1. <i>Quadro físico, social e humano</i>	Erro! Marcador não definido.
2.1.2. <i>Da economia das plantações à economia liberal</i>	Erro! Marcador não definido.
2.1.3. <i>Uma economia vulnerável aos choques externos</i>	Erro! Marcador não definido.
2.1.4. <i>Os incomuns indicadores sociais</i>	Erro! Marcador não definido.
2.2. <i>Contexto sectorial</i>	Erro! Marcador não definido.
2.2.1. <i>Características gerais do sector agrícola</i>	Erro! Marcador não definido.
2.2.2. <i>Quadro institucional do sector agrícola</i>	25
2.2.3. <i>Políticas e estratégias anteriores e em curso</i>	Erro! Marcador não definido.
2.2.4. <i>Programas anteriores e em curso</i>	Erro! Marcador não definido.
2.2.5. <i>Financiamento dos investimentos no sector agrícola</i>	32
2.2.6. <i>Desempenho do setor agrícola,</i>	Erro! Marcador não definido.
2.2.7. <i>Constrangimentos e desafios</i>	38
III CAMPO COBERTO PELO PNIASAN E CRESCIMENTO AGRÍCOLA	39
3.1. Campo Coberto pelo PNIASAN	Erro! Marcador não definido.
3.2. Tendências para o crescimento e a redução da pobreza	39
3.3. Crescimento agrícola e redução da pobreza	40
3.4. Escolha de uma opção estratégica para o PNIASAN	41
IV JUSTIFICAÇÃO E OBJECTIVOS DA PNIASAN	Erro! Marcador não definido.
4.1. Fundamentação	42
4.2. Objectivos e prioridades	43
4.3. Aproximação estratégica	244
V DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS DO PNIASAN	44
5.1. Programa I: Intensificação durável e diversificação da produção agrícola e pecuária	48
5.1.1. Sob - programa 1: melhoramento da produção e da produtividade das culturas	49

5.1.2. Sob-programa 2: Promoção de produção curto ciclo	49
5.1.3. Sob-programa 3: Pequenas infra-estruturas de apoio à transformação, gestão d'agua e de sistemas d'irrigação.....	50
5.2. PROGRAMA II: Desenvolvimento sustentável da pesca.....	50
5.2.1. Sob-programa 1: Avaliação do potencial de recursos da zona Económica Exclusiva (ZEE), gestão e conservação dos recursos haliêuticos.....	50
5.2.2. Sob-programa 2: Reforço das capacidades de capturas da pesca artesanal	50
5.2.3. Sob-programa 3: Melhoramento de abastecimento de mercados de produtos haliêuticos	51
5.2.4 Sob-programa 4: Apoio ao reforço das capacidades produtivas dos armadores nacionais	51
5.2.5 Sob-programa 5: Reforço das capacidades técnicas e de gestão dos serviços de pescas	51
5.3. PROGRAMME III : Gestão sustentável de recursos naturais	52
5.3.1. Sob-programa 1: Ferramentas de implementação para uma gestão sustentável dos recursos naturais	52
5.3.2. Sob-programa 2: Melhoria do nível de informação sobre o sistema de posse de terra	52
5.3.3. Subprograma 3: Gestão de florestas secundárias e luta contra o desmatamento	53
5.4. PROGRAMA IV: Acesso à mercados e financiamentos	53
5.4.1. Sob-programa: Melhoria do acesso aos mercados dos produtos agrícolas	54
5.4.2. Sob-programa 2: Apoio ao crédito agrícola e microfinanças	54
5.5. PROGRAMA V: Melhoria do estado nutricional das populações e gestão de vulnerabilidades	54
5.5.1. Sob-programa 1: Melhoria do estado nutricional das populações.....	Erro! Marcador não definido.
5.5.2. Sob-programa 2: Prevenção e gestão de riscos e crises agrícolas e alimentares	Erro! Marcador não definido.
5.6. PROGRAMA VI: Reforço das capacidades institucionais	Erro! Marcador não definido.
5.6.1. Sob-programa 1: Fortalecimento das capacidades das estruturas de pesquisa e extensão	Erro! Marcador não definido.
5.6.2. Sob-programa 2: Capacitação das organizações profissionais do mundo rural (ONGs e associações profissionais	54
5.6.3. Sob-programa 3: Reforço do quadro jurídico e regulamentar do sector agro-alimentar.....	56
5.6.4. Sob-programa 4: Reforço de capacidades de planificação, d'análise, de seguimento e de coordenação do sector agrícola.....	56
5.6.5. Sob-programa 5: Reforço de capacidades de gestão administrativa e financeira do MADRP	57
VI. SINERGIAS E COMPLEMENTARIDADES DA PNIASAN	Erro! Marcador não definido.
VII. CUSTOS E NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO	58
XIII IMPACTOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS	60
IX IMPLEMENTAÇÃO, GESTÃO, COORDENAÇÃO, PARCERIA	Erro! Marcador não definido.

SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO	Erro! Marcador não definido.
9.1. Gestão e coordenação	Erro! Marcador não definido.
9.1.1.O quadro institucional da gestão do PNIASAN	63
9.1.2.Mecanismos de gestão e coordenação	Erro! Marcador não definido.
9.2. Parceria e alianças	64
9.3. Monitoramento e avaliação (mecanismos e indicadores).....	Erro! Marcador não definido.
9.4. Gestão estratégica do conhecimento e análise	65
X ANALISE ESTRATÉGICA E GESTAO DE CONHECIMENTOS	Erro! Marcador não definido.
10.1. Condições de sustentabilidade do Plano nacional ..	Erro! Marcador não definido.
10.2. Possíveis riscos e meios de mitigação	Erro! Marcador não definido.
ANEXO 1 : Quadro lógico de Resultados	Erro! Marcador não definido.
ANEXO 2 : Custos de investimento	Erro! Marcador não definido.
Tabela: Estimativa de números por espécies e produções animais 2005 a 2012	Erro! Marcador não definido.
Quadro importações agrícolas e alimentares (milhões de dobras)	Erro! Marcador não definido.
Quadro de projeções produções agrícolas, animais e halieuticos 2014-2018 (em toneladas)	Erro! Marcador não definido.

ABREVIATURAS

AAA	Atividades Analíticas e Consultivos
ADAPPA	Acção para Desenvolvimento da agricultura, Pecuária Pprotecção do Ambiente
ADRA	ONG Agência Adventista do Desenvolvimento Rural
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
APD :	Ajuda Política ao Desenvolvimento
BAD :	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA :	Banco árabe para o Desenvolvimento Económico em África
BM :	Banco Mundial
CADR :	Centro agrícola para o Desenvolvimento Sustentável
CAP :	Quadro dos Países d'assistência
CAPADRP	Carta atualizada da Política Agrícola, de Desenvolvimento Rural e da Pesca
CAS	Estratégia d'Ajuda do País (Estratégia de Assistência do País)
CATAP :	Centro d'Aprendizagem Técnica Agrícola e Profissional
CCI	Centro de Comércio Internacional
CCNUCC –	Convenções Quaro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
CDMT :	Quadro de despesas a médio prazo
CECACAB	Cooperativa d'exportação de cacau biológico
CECAFEB	Cooperativa d'exportação de café biológico
CECAQ	Coopérative d'exportation de cacau de qualidade
CEEAC/ECCAS	Comunidade Económica dos Estados da África Central / Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEM	Memorando Económico do País
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária d'África Central
CEPIBA	Cooperativa d' exportação de Pimenta e Especiarias
CIAT	Centro de Pesquisa Agronomica e Técnica
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
CONPREC	Comissão para a Gestão de Catastrofes
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CP-PNIASAN	Comité de Pilotagem do PNIASAN
CSFVA	Análise Global de Segurança Alimentar e Vulnerabilidade
CST	Companhia Santomense de Telecomunicações
D.F.	Direcção da Floresta
DCP,	Dispositivo de concentração de peixe
DGAP	Direcção Geral d'Agricultura e Pesca
DOBRA	Moeda Nacional Santomense
DSRP	Documento da Estratégia de Reducção da Pobreza

DSRP-I	Documento de estratégia de redução de pobreza intercalar
ECF IMF	Crédito estendido pelo Fundo Monetário Internacional estendido crédito instalação/instalação
ECOFAC –	Ecossistemas d'Africa Central
ECVM :	Inquérito sobre as condições de vida do agregado familiar
EMAE :	Empresa de Agua e Electricidade
ENCO	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
FAO	Organização de Agricultura Alimentar
FEM –	Fundo Mundial para Ambiente
FENAPA :	Federação Nacional dos Pequenos Agricultores
FIC	Fundo de Infra-estrutura Comunitária
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONG	Federação Nacional de ONGs
FRPC	Facilidade de Crescimento e Redução da Pobreza
GCBTA	Programa de Capacitação de Assistência Técnica de Governança
GIME	Brigada de Mender para a Manutenção e Assistência das estradas
GTFP	Programa de Financiamento de Comércio Global
GWh –	GamWatts/Hora/Ano
HIPC/ PPTE	Países Pobres Altamente Endividados
IADM	A Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral
IDE/FDI	Investimento Directo Estrangeiro / Investimento Directo Estrangeiro
IDH :	Índice de Desenvolvimento Humano
IFPRI	Instituto de Pesquisa e Política Alimentar Internacional
IMF/FMI	Fundo Monetário Internacional / Fundo Monetário Internacional
INE/	Instituto Nacional de Estatística e Economia
IPAD	Instituto Português para Ajuda ao Desenvolvimento
IPCC –	Painel Intergovernamental de Mudança de Clima
Kw –	Kilowates
LDP	Programa de Distribuição de Terras
LPADR	A Carta Actualizada de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural
MAPDR	Ministério d'Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural
MARAPA :	Mar, Meio Ambiente e Pesca Artesanal

MDRI	Fundo Fiduciário de Dadores Múltiplos
MDTF	Iniciativa Multilateral de Desenvolvimento Rural
MFIC	Ministério das Finanças e Cooperação Internacional
MICIT	Ministério do Comércio, Indústria e Turismo
MOPRNA	Ministério das Obras Públicas, Recursos Naturais e Meio Ambiente
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento Económico da África
NOA	Conta Nacional do Petróleo
NPA	Agência Nacional do Petróleo
NPV	Valor Líquido Presente
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMD	Objectivo de Desenvolvimento do Milénio
OMS :	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-governamental
ORML	Lei de gestão de receitas de Combustível
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSS	One-stop-Shop
P.N.Obô	Parque Nacional Obô
PAC/ CEEAC	Política Agrícola Comum / Comunidade Económica dos Estados d'Africa Central
PADE	: Projecto d'apoio ao Desenvolvimento da Pecuária
PAM :	Programa Alimentar Mundial
PAP :	Programa de Acção Prioritária
PAPAFPA	Programa de Apoio Participativo à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal
PBGI	Iniciativa de Grant baseada no Desempenho
PDDAA	Programa Detalhado para o Desenvolvimento da agricultura na África
PEMFAR	Gestão das Despesas Públicas e revisão de responsabilidade financeira
PERE	Pequenos Estados de Rendimentos elevados
PFM	Gestão das Finanças Públicas
PFNL	Madeira e produtos florestais não-madeireiros
PFR	Países de baixo rendimento
PFRDV	Países de baixo rendimento e de déficite alimentar
PIB /GDP	Produto Interno Bruto / Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
PIR-PALOP :	Programa de Integração Regional/Países que têm em comum a Língua Portuguesa
PMA:	Países que Menos Avançados
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMEA	Pequenas e Médias Empresas Agrícolas
PMI	Pequena e Média Indústria

PNAPAF	Programa Nacional de Apoio à família de Pequenos Agricultores
PNB	Produto Nacional Bruto
PNIASAN	Programa Nacional d'investimentos agrícola deSegurança Alimentar e Nutricional
PNMRD	Gestão de recurso Público e Natural
PNSAN :	Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUD :	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUE	Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente
PPIAF	Facilidade de Consultoria de infraestruturas Público-privadas
PPP	Parceria Pública Privada
PPTE :	Países Pobres Altamente Endividados
PRGF IMF	Facilidade de Crescimento de Redução da Pobreza
PRIASA :	Projecto de reabilitação das infra-estruturas de apoio à segurança alimentar
PRIASAN	Programa Regional d'Investimento agrícola, Segurança Alimentar e Nutricional
PRMG	Gestão de recursos públicos e reforma política de desenvolvimento
PRODESE :	Programa o Desenvolvimento Sustentável do Sector d'Agricultura, da Pecuária, da Floresta e das Pescas
PRONER :	Programa Nacional de Vulgarização Rural
PRS :	Estratégia Nacional de redução da pobreza
PRSP	Documento de Estratégia de Redução da Pobreza
PSDMT:	Plano Estratégico de desenvolvimento à Médio prazo
PTF :	Parceiros Técnicos e Financeiros
RDSTP :	República Democrática de São Tomé e Príncipe
ReSAKSS	Sistema Regional d'análise estratégica de e de gestão de conhecimento
SADC	Comunidade de Desenvolvimento d'África Austral
SAF	Sistema d'Administração Financeira
SAFE	Sistema de Gestão Financeira do Governo
SAKSS	Sistema d'análise estratégica e gestão do conhecimento a nível nacional
SIM	Sistema de Informação de Mercado
SNRP	Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
SSSP	Projecto de Apoio à Setores Sociais
TFP	Produtividade Total dos Factores

UA	União Africana
UE :	União Europeia
UGC	Unidades de Gestão e de Coordenação
UNFPA:	Fundo das Nações Unidas para Atividades de População
UNICEF	Organização das Nações Unidas para Infância
US\$ =USD :	Dólares dos Estados Unidos da América
USA:	Estados Unidos da América
ZDC	Zona de Desenvolvimento Conjunto
ZEE :	Zona Económica Exclusiva

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. o contexto sectorial

2.

O sector agrícola de São Tomé e Príncipe foi dado forma do século XV ao século XX pela história específica de uma economia de plantação de sucessivas monoculturas (cana-de-açúcar, café, cacau) e um modo único de exploração agrícola excluindo a agricultura familiar até o período recente da década 1990-1999. Com efeito foi necessário a lei de posse de terra 03/1991 e a reforma agrária de 1993 a 1998 para dar origem a uma agricultura familiar de cerca de oito mil pequenos agricultores possuindo em média 2,5 ha de terra por agregado familiar. A Reforma agrária é portadora de profundas mudanças sociais, porque os beneficiários da distribuição de terra não tinham uma tradição agrícola de operar uma fazenda, anteriormente confinada ao papel dos artistas intérpretes ou executantes, recebendo todos os fatores da produção de grandes proprietários ou do estado após a nacionalização de certas áreas. É neste contexto de vácuo, administrativamente e de saber-fazer e repositório de técnico que o estado devia prestar assistência para a implementação de serviços de apoio à produção : vulgarização e pesquisa agrícolas, fornecimento de insumos, a estruturação das partes interessadas, prestação de serviços financeiros, infraestruturas de produção.

As estratégias de desenvolvimento agrícola e rural que os governos implementarão como resultado desta reestruturação profunda do sistema agrário serão focadas em objetivos fundamentais que mantiveram-se relevantes a saber, (a) promover as condições de vida das populações rurais; (b) aumentar e diversificar a produção agrícola, (c) desenvolverem a produção de alimentos para atender às necessidades de consumo interno e superar a dependência alimentar ; (d) promover a conservação e gestão racional dos recursos naturais.

As estratégias de desenvolvimento implementadas ainda não produziram os resultados esperados. Embora seja o principal contribuinte para o rendimento familiar, fornece 28% dos postos de trabalho (2005) e 38,3% da população do país, o sector agrícola e rural continua a ser a pobreza, 66 por cento da população rural vive abaixo do limiar da pobreza devido à falta de desempenho.

As exportações agrícolas diminuíram de 4% por ano no início do período 2000-2005 para cerca de 3% do PIB no período 2006-2008. Em ambos os períodos, as importações de produtos agrícolas aumentaram de 39% do PIB em 56,5% do PIB. Durante o ano de 2008, marcado pelo aumento mundial dos preços de alimentos, o peso das importações de alimentos aumentou para 62,9% do PIB. O resultado é um crónico défice na balança comercial de (-41 por cento do PIB) durante o período 2009-2011.

Além disso, o mau estado da infra-estrutura de comunicação (estradas) adiciona os custos de transporte, produção e comercialização dos produtos agrícolas e interfere no desempenho do setor em termos de fluidez do comércio e competitividade comparado com o exterior.

Por conseguinte, a decisiva contribuição do sector agrícola para a redução da pobreza faz do seu desenvolvimento o desafio maior da estratégia de crescimento económico do Governo. Os principais desafios são (i) a falta de informações que permitam o acompanhamento dos programas e o estabelecimento de indicadores para monitoramento - avaliação dos progressos alcançados; (ii) a falta de qualificações dos recursos humanos e a fraqueza das instituições responsáveis pelo planeamento, formulação, implementação e monitoramento e avaliação de estratégias e programas de desenvolvimento agrícola e rural. (iii) a degradação das infra-estruturas, particularmente a de comunicação, transporte e irrigação e seu impacto negativo sobre o acesso aos mercados.

2. A aplicação do processo CAADP

CAADP se inscreve no quadro da iniciativa africana da NEPAD (Nova parceria para o desenvolvimento de África) e atende o sector agrícola, aceite como o motor do crescimento e desenvolvimento para erradicar a fome, reduzir a pobreza e a insegurança alimentar que são freios para o desenvolvimento económico e social do continente.

O processo de preparação do CAADP ocorre em quatro etapas básicas para construir uma responsabilidade partilhada em cada uma dessas etapas. Se trata de:

- Compromisso de cada governo e o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento do sector agrícola
- Planificação com base em provas envolvendo todas as partes interessadas da parceria
- A formação de uma aliança para investimento do setor público, organizações de produtores agrícolas, setor privado, sociedade civil, parceiros técnicos e financeiros, as organizações regionais de cooperação económica e organizações de desenvolvimento internacional.
- A implementação, acompanhamento e avaliação dos programas através de programas de desempenho em curso uma revisão e um sistema de revisão por pares

O Governo de São Tomé e Príncipe, após ter ratificado os compromissos da Cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA) de Junho de 2003 em Maputo (Moçambique) enviada a 27 de Junho de 2011 para a NEPAD, uma carta de intenções, que será seguida pelo estabelecimento de uma equipa multisectorial do país (EMP) constituída por departamentos ministeriais envolvidos no desenvolvimento agrícola e rural produtores e organizações da sociedade civil e setor privado. Em 7 de Fevereiro de 2012, o processo de implementação do CAADP será lançada oficialmente num seminário que reunirá parceiros técnicos e financeiros e todas as partes interessadas nacionais mencionadas acima. Sob a coordenação da equipa do país, o apoio das várias partes interessadas, CEEAC, IFPRI e FAO, o país comprometeu-se na elaboração dos documentos preparatórios da assinatura do Pacto, incluindo a análise do sector agrícola, as normas concernentes aos eixos estratégicos e o projecto de pacto. Estes documentos serão examinados e validados num Atelier realizado em São Tomé em 23 de julho de 2013. A cerimónia de assinatura do Pacto será realizada em 15 de outubro de 2013. Foi presidida pela..... e teve a participação de representantes dos departamentos ministeriais, da Assembleia Nacional, as organizações de produtores, organizações não-governamentais nacionais e internacionais, a câmara de comércio e os operadores económicos, membros da cooperação das missões diplomáticas e Agências das Nações Unidas.

Na continuação do processo, consultores nacionais apoiados por um consultor internacional recrutado sob fundos de programa de cooperação técnica FAO apoiarão os grupos temáticos estabelecidos pelas autoridades públicas e equipe multi-sectorial do país na formulação do PNIASAN.

A PNIASAN é uma tradução de engajamentos a médio prazo assumidos pelo governo da Republica Democratica de S.Tomé e Príncipe para alcançar sua visão para o desenvolvimento económico e social e que estão contidas em: (a) A estratégia Nacional de Redução da Pobreza (SNRP 2012-2016), (b) A Carta Actualizada de Política Agrícola, Desenvolvimento Rural e das Pescas (CAPADRP) visão a médio prazo (2015), visão a longo prazo (2025) (c) O Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)

3. Os objectivos e prioridades

Os objetivos da PNIASAN são de garantir o crescimento agrícola sustentável de pelo menos 6% taxa que poderia obter uma redução da pobreza nacional e rural, com a respectiva redução de 40,4% e 25,9% do número de pessoas abaixo da linha de pobreza entre 2001 e 2020.

Para alcançar estes resultados, os seguintes objectivos estratégicos serão prosseguidos:

- ❖ promover a produtividade, a produção agro-pastoral aumentou e sua diversificação para as necessidades de consumo alimentar interno, bem como os imperativos da exportação de produtos agrícolas
- ❖ Servir-se de melhores condições para a implementação das actividades de pesca, numa perspectiva de gestão sustentável dos recursos haliêuticos
- ❖ desenvolver acções que contribuam para um ambiente saudável e o uso racional dos recursos florestais, hídricos e inertes
- ❖ contribuir, através de melhor acesso aos mercados e financiamentos, ao crescimento agrícola, segurança alimentar e redução da pobreza.
- ❖ melhorar a situação nutricional dos diferentes grupos alvos (crianças, gestantes, adultos); reduzir as taxas de prevalência de carências e doenças de origem alimentar e promover políticas nutricionais.
- ❖ Assegurar a sensibilização, a formação e capacitação dos actores do desenvolvimento agrícola, particularmente os produtores, suas organizações e os agentes públicos encarregues pela formulação das políticas, pesquisa-desenvolvimento, da produção da transformação e da comercialização dos produtos agro-pastorais e haliêuticos.

Visando alcançar os objectivos globais e estratégicos, do Pacto de engajamento assinado a 15 de outubro de 2013, pelo Governo, os parceiros técnicos e financeiros e outras partes interessadas seleccionou-se sete (6) eixos prioritários:

- Intensificação sustentável e diversificação da produção agro-pastoral Desenvolvimento sustentável da pesca
- Gestão sustentável dos recursos naturais
- Acesso a mercados e financiamentos
- Melhoria do estado nutricional das populações e a gestão de vulnerabilidades
- Reforço das capacidades institucionais.

4. A abordagem estratégica

O PNIASAN, na sua implementação é inspirada pelos valores do CAADP, nomeadamente:

- ❖ O diálogo inclusivo com todas as partes interessadas: serviços públicos de orientação e apoio ao sector agrícola, organizações profissionais agrícolas e da sociedade civil, operadores dos mercados agrícolas, de operadores de importação e distribuidores de insumos agrícolas, parceiros de desenvolvimento

- ❖ Os ganhos rápidos de produtividade agrícola por uma reestruturação dos serviços públicos de apoio à produção agrícola, a transformação, a comercialização de produtos agrícolas e a celebração de pactos com organizações profissionais agrícolas
- ❖ Engajamento numa estratégia de desenvolvimento do mercado para a conquista do mercado partilhado a nível regional e internacional pela profissionalização de cooperativas de agricultores independentes financeiramente e que gerem e distribuem os lucros.
- ❖ As alianças de parceria em nichos de mercado, parceria público-privada (PPP), com profissionais d'agro-indústria em cadeias de valor
- ❖ O reforço das capacidades institucionais no domínio de coordenação, de planificação e de administração do desenvolvimento

O PNIASAN, como um quadro comum de planeamento, programação e implementação, desenvolve uma complementaridade e uma sinergia entre os diferentes programas do Governo de STP em políticas e estratégias já mencionadas e integra as disposições contidas da Política Agrícola Comum (PAC) da CEEAC e as intervenções definidas no Programa regional d'investimento agrícola e de segurança alimentar e nutricional (PRIASAN)

5. Descrição dos Programas

O PNIASAN é composto por 6 (seis) programas, 24 (vinte e quatro) sob-programas e 73 (setenta e três) ações ou componentes.

1. *PROGRAMA: Intensificação Sustentável e Diversificação da Produção Agrícola e a Pecuária*

Produção agro-pastoral baseia-se sobre famílias de pequenos agricultores com recursos a técnicas de produção de muito baixos rendimentos.

O objetivo global do programa é «promover a produtividade, o aumentara produção agro - produção pastoral e sua diversificação para as necessidades de consumo alimentar interno, bem como, os imperativos de exportação de produtos agrícolas» É composto por quatro subprogramas.:

- Sob-programa: Melhoria da produção e da produtividade das culturas
- Sob-programa: Promoção de produção curto ciclo
- Sob-programa: Melhoria de aprovisionamento em factores de produção
- Sob-programa: Pequenas infra-estruturas de apoio à transformação, gestão d'água e dos sistemas d'irrigação

2. *PROGRAMA: Desenvolvimento Sustentável da Pesca*

O objetivo global deste programa é a "promover melhores condições para a implementação das actividades de pesca, numa perspectiva de gestão sustentável dos recursos haliêuticos. Os sob-programas ilustram os resultados esperados, em especial, conhecimento dos níveis de recursos haliêuticos, a elaboração de um plano de gestão sustentável de recursos, a organização dos atores, reforço das infra-estruturas, a difusão das inovações.

Cinco sob-programas compõem o programa

- Sob-programa: Avaliação do potencial de recursos da Zona de Económica Exclusiva (ZEE), gestão e conservação dos recursos da haliêuticos

- Sob-programa: Fortalecimento das capacidades de capturas da pesca artesanal
- Sob-programa: Melhorias no abastecimento dos mercados de produtos da haliêuticos
- Sob-programa: Apoio ao reforço das capacidades produtivas dos armadores nacionais
- Sob-programa: Reforço das capacidades técnicas e de gestão dos serviços da pesca

3.PROGRAMA: Gestão Sustentável dos Recursos Naturais

O objetivo deste programa é promover ações que concorram para um ambiente saudável e o uso racional dos recursos florestais, hídricos e inertes...

Três sob-programas compõem este programa

- Sob-programa: Disponibilização de ferramentas de gestão sustentável dos recursos naturais
- Sob-programa: Melhoria do nível de informação sobre posse de terra
- Sob-programa: Gestão de florestas secundárias e a luta contra o desflorestamento

4. PROGRAMA: Acesso aos Mercados e aos Financiamentos

O objetivo do programa é de contribuir, através de um melhor acesso aos mercados e financiamentos, para o crescimento da agricultura, segurança alimentar e nutricional e a redução da pobreza.

Este programa tem 2 (dois) subprogramas:

- Sob-programa: Melhoria do acesso aos mercados dos produtos agrícolas
- Subprograma: Apoio ao crédito agrícola e microfinança

5.PROGRAMA: Melhoria do Estado Nutricional das Populações e a Gestão de Vulnerabilidades

O objectivo é a redução da desnutrição no risco de duplo fardo (deficiência ou excesso alimentar) dos riscos crises agrícolas alimentares

Inclui 2 (dois) sob-programas:

- Sob-programa: Melhoria do estado nutricional das populações
- Sob-programa: Prevenção e gestão dos riscos e crises agrícolas e riscos e alimentares

6. PROGRAMA: Reforço das Capacidade Institucionais

O programa visa promover a sensibilização, formação e o reforço das capacidades dos atores de desenvolvimento agrícola, particularmente os produtores, suas organizações e os agentes públicos, responsáveis pela formulação de políticas, pesquisa: desenvolvimento, produção, transformação e comercialização de bens e serviços.

É composto por cinco sob-programas:

- Sob-programa Reforço das capacidades das estruturas de pesquisa e extensão
- Sob-programa: Reforço das capacidades das organizações profissionais no mundo rural (ONGs e associações profissionais agrícolas)
- Sob-programa: Reforço do quadro jurídico e regulamentar para o sector agro-alimentar

- Sob-programa : Reforço das capacidades de planeamento, análise, seguimento e de coordenação do sector agrícola
- Sob-programa: Reforço das capacidades de gestão administrativa e financeira do MADRP

6. Custos de implementação da PNIASAN

O custo total da PNIASAN é de 26,8 milhões de dólares EU em 5 anos. Os quadros na página seguinte mostra a distribuição por categorias de despesas e programa.

Com base nos projectos em curso e os engagements para o período 2014-2018, os recursos disponíveis são de 22, 466 milhões de dólares. A distância a cobrir é de 4,1 milhões de dólares. No entanto os recursos disponíveis não abrangem as necessidades relativas ao programa de gestão do programa de recursos naturais.

Quadro de Distribuição por categorias de despesas

Rubrique	Total	Distribuição por anos				
		Ano 1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
Investimentos	12739000	6674000	3377500	1777500	565000	345000
Pessoal	7151900	1436820	1496820	1506820	1410720	1300720
Produtos consumíveis	1838400	367680	367680	367680	367680	367680
Funcionamento	3796200	1048360	686960	686960	686960	686960
Sob-total	25525500	9526860	5928960	4338960	3030360	2700360
Imprevistos (5%)	1276275	476343	296448	216948	151518	135018
Total	26801775	10003203	6225408	4555908	3181878	2835378

Quadro: Distribuição por programas

Rubrique	Custo total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
Programme 1	6155625	2199015	1594215	1221465	622965	517965
Programme 2	5117070	2264577	1452927	610302	418257	371007
Programme 3	3653160	1259832	797832	776832	409332	409332
Programme 4	5009760	1843632	833532	891282	781032	660282
Programme 5	1526910	434217	301392	304017	243642	243642
Programme 6	5339250	2001930	1306830	813330	645330	571830
Total	26801775	10003203	6286728	4617228	3120558	2774058

7. Coordenação, Execução e Seguimento – avaliação

A implementação do PNIASAN na R.D.S.T.P. é inspirada pelos valores e princípios fundamentais do CAADP nomeadamente (i) parcerias e alianças, provando o envolvimento de todas as partes interessadas, pois a agricultura afeta todos os setores, (ii) o diálogo, a responsabilidade mútua da revisão pelos pares, são abordagens levando inclusive a participação de partes interessadas e de uma responsabilidade coletiva. (iii) a exploração de complementaridades e de cooperação regionais, as necessidades comuns e vantagens comparativas. (iv) boa governação e a equidade..

A implementação é discutida nos seguintes três aspectos: (a) gestão e coordenação a nível institucional, (b), parcerias e alianças e (c) monitoramento e avaliação

* Gestão e Coordenação

A Gestão do PNIASAN, Segundo uma abordagem programa, será nacional, com a colaboração dos parceiros técnicos e financeiros.

* O Quadro Institucional da gestão do PNIASAN

As instituições que participarão na implementação do PNIASAN são: as instituições do sector público, as instituições financeiras (bancos), os operadores privados, as Organizações não Governamentais e as organizações dos produtores.

As instituições públicas integrarão os representantes do (i) Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, (ii) Ministério do Plano e Finanças, (iii) Ministério dos Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidades, (iv) Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, (v) Ministério das Obras Públicas, Infra-Estruturas e Recursos naturais, (vi) Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais, (vii) Ministério da Educação, Cultura e Formação, (viii) Assembleia Nacional

* Os mecanismos de gestão e de coordenação

Com vista a garantir uma gestão e uma coordenação de conformidade com os valores e princípios do PDDAA, os mecanismos deverão conduzir a uma transparência na execução e uma obrigação de prestação de contas a todas as partes integrantes. Para isso, os mecanismos de gestão, coordenação e supervisão, de acompanhamento e avaliação dos subprogramas projectos deverão ser objeto de análise cuidadosa para responder à essas exigências. É essencial que todas as partes integrantes estejam representadas nos órgãos de condução e de supervisão.

* Parcerias e Alianças

Uma das mais valias do PDDAA é o lugar central da parceria e alianças no desenvolvimento da agricultura com vista o crescimento, redução da pobreza e da fome e da insegurança alimentar.

Na RDSTP, o desenvolvimento dos sectores agrícolas nos mercados de nichos de acordo com a abordagem do desenvolvimento económico pelo mercado inaugurou uma era de parceria público-privada (**PPP**) inovador. As partes envolvidas no PNIASAN poderiam inspirar-se e desenvolver parcerias deste tipo mutuamente vantajosas, pois, facilitará o acesso aos mercados regionais e internacionais, contribuindo para o aumento da produtividade através de contributos técnicos e de organização...

* Seguimento-Avaliação (Mecanismos e Indicadores)

O sistema de seguimento e avaliação, implicará todas as partes integrantes nacionais e os parceiros técnicos e financeiros em conformidade com os valores e princípios do PDDAA. O Secretariado Técnico Executivo (STE), em colaboração com o UGC e Direções responsáveis dos estudos e planificação dos departamentos ministeriais implicados assegurará a gestão do sistema.

No entanto, os subprogramas e projetos tornariam mais vantajosas caso tenham células específicas do seguimento e avaliação.

Os principais indicadores que serão seguidos tratarão sobre (i) os resultados das actividades realizadas; (ii) os benefícios sócio-económicos (iii) o impacto ambiental das acções empreendidas. Os resultados das actividades empreendidas serão avaliados a nível de subprogramas e projetos no quadro do seguimento das actividades e das avaliações periódicas ao meio percurso e do fim da execução.

Les bénéfices socioéconomiques esperados são ;

- ✓ um crescimento da produtividade agrícola
- ✓ um maior acesso dos produtores agrícolas aos mercados locais, regionais e internacionais
- ✓ o aumento dos rendimentos das comunidades agrícolas
- ✓ a melhoria da segurança alimentar et nutricional
- ✓ a redução da pobreza e da fome
- ✓ a criação de empregos tanto no meio rural como no meio urbano
- ✓ a redução do êxodo rural grãce à fixação dos jovens sobre os projetos de pequenas et médias empresas agrícolas (PMEA)
- ✓ a melhoria da balança commercial
- ✓ Um aumento da taxa de crescimento do PIB de pelo menos 6% por ano

8. Quadro dos resultados

Comentado [LL1]: A completar

Objetivo Global : Realizar um crescimento anual de 6 % do setor agrícola a fim de atingir à redução do nível de pobreza, eradicar a fome e a insegurança alimentar

Indicadores	Referência	Meta 2020	Fonte de verificação	Hipótese
Taxa anual de crescimento do PIB agrícola	2,8%	6%	Estudos e relatórios inquéritos de referência	Respect dos compromissos de todas as partes integrantes et parceiros Melhor governação et qualidade da despesa.
Melhoria da balança commercial	-41%	-20%	Relatório Inquéritos demográfico et saúde	
Redução incidência da pobreza	54 %	25.9 %		
Taxa de malnutrição crónica	29%	14%		

I INTRODUÇÃO

O PDDAA inscreve-se no quadro da iniciativa africana da NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África) e destina-se ao sector agrícola, aceite como o motor do crescimento e desenvolvimento para erradicar a fome, reduzir a pobreza e a insegurança alimentar que são freios para o desenvolvimento económico e social do continente.

A realização dos objetivos de desenvolvimento do Milénio (ODM) até 2015, nomeadamente (i) a redução de 50% da pobreza extrema e da fome, ODM 1, (ii) a redução de dois terços a mortalidade das crianças menores de cinco anos, ODM 2 exigem que o sector agrícola do qual a maioria das populações encontram empregos tiram os seus rendimentos alcance um crescimento sustentável e uma produtividade alta...

Os trunfos do PDDAA são inerentes ao processo de sua elaboração, sua implementação e da sua avaliação ou seja aquela feita pelos seus pares. O compromisso comum pan-africano centra-se na adopção de melhores políticas agrícolas decorrentes de programas de investimentos prioritários suscetíveis de aumentar a eficácia dos recursos injetados.

O processo de preparação PDDAA se desenrola de forma concertada em quatro etapas básicas que permitam de construir uma responsabilidade partilhada em cada uma das etapas. Se trata de:

- Compromisso de cada governo e o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento do sector agrícola
- A planificação baseada nos elementos de prova envolvendo todas as partes integrantes da parceria
- A formação de uma aliança para o investimento, incluindo o sector público, sector privado, sociedade civil, os parceiros técnicos e financeiros e organizações regionais de cooperação económica, as organizações internacionais de desenvolvimento.
- A implementação, o acompanhamento avaliação dos programas através de um revisão contínua dos desempenhos dos programas e um sistema de análise pelos seus pares.

Relativamente a planificação nacional de cada país, a fidelidade a este processo terá como resultados (i) de desenvolver uma nova capacidade do trabalho analítico aberto as partes integrantes do sector agrícola que anteriormente eram ignoradas, a integração do sector público na outrora pouco interessada partilha de outros pontos de vistas (ii) ajustamentos estruturais dentro dos processos nacionais de planificação que integrarão as contribuições das instituições de pesquisas e de reflexão (universidades, centros de pesquisa especializados), (iii) uma melhor identificação e apreciação das áreas de investimentos prioritários e os níveis de recursos a alocar. (iv) um quadro de referência para a mobilização dos recursos necessários para implementar o programa de investimentos prioritários com uma implicação muito forte das partes integrantes, (v) a experimentação de um instrumento inovador de acompanhamento-avaliação dos progressos realizados em relação aos objectivos de crescimento definidos, do impacto sobre os níveis de insegurança alimentar e de redução da pobreza.

Os compromissos panafricanos dos Estados membros da União Africana dizem respeito a dois pontos principais: (a) alcançar uma taxa de crescimento anual de pelo menos 6% do sector agrícola; (b) alocar

ao agrícola setor pelo menos 10% das despesas orçamentais anuais até 2008.(Ref Reunião anual, daUA junho de 2003 Maputo-Moçambique)

No que se refere a implementação de PDDAA, as Comunidades Económicas Regionais (CER) receberam o mandato de coordenação e de apoio, em nome da NEPAD/ a União Africana (UA). Para este efeito, a Comunidade Económica dos Estados na África Central (CEEAC) fornece esse apoio à São Tomé e Príncipe.

O Governo de São Tomé e Príncipe, após ter ratificado dos compromissos na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA) de Junho de 2003 em Maputo (Moçambique) realizou um avanço decisivo através da assinatura do Pacto de implementação do PDDAA em 15 de outubro de 2013. Assim, com o apoio dos diversos actores do processo, sob a coordenação da EquipaPaís e com o apoio da CEEAC, do IFPRI e do FAO, foi acordado a elaboração do Programa nacional de investimento agrícola e segurança alimentar e nutricional (PNIASAN) que compreende seis eixos prioritários que foram selecionados aquando da análise sectorial e circunscritos nos documentos que acompanham o pacto :

Eixo 1. Intensificação sustentável e diversificação da produção agrícola e da pecuária

Eixo 2. Desenvolvimento sustentável das pescas

Eixo 3. Gestão sustentável dos recursos naturais;

Eixo 4. Acesso a mercados e aos financiamentos

Eixo 5. Melhoria do estado nutricional e da população e gestão das vulnerabilidades;

Eixo 6. Reforço das capacidades institucionais

A PNIASAN baseia-se dos compromissos decorrentes duma visão a médio e longo prazo do Governo para o desenvolvimento económico e social. São estes (a) a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, (ENRP 2012-2016), (b) a Carta Atualizada de Política Agrícola, de Desenvolvimento Rural e das Pescas (CAPADRP) visão de médio prazo (2015), visão de longo prazo (2025) (c) o Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)

Os eixos prioritários do PNIASAN são coerentes com o Programa Regional de segurança PRSA-AC e a Política Agrícola Comum (PAC- AC) nos objectivos de redução da pobreza e da insegurança alimentar das populações através de um sector agrícola competitivo elegível aos comércios regional e mundial. Em termos de resultados esperados, o PNIASAN atua como estrutura de coordenação e de harmonização das políticas agrícolas e o mesmo acontece com a Política agrícola comum (PAC - AC) e o PRSA-AC. Com efeito, o PRSA, preparado em 2002, inclui 3 grandes componentes e projectos integradores: (a). apoio aos PSSA nacionais com 4 projetos integradores: intensificação e diversificação das produções alimentares; desenvolvimento da pesquisas; produção e comercialização de sementes; gestão e prevenção de crises alimentares; (b) a harmonização das políticas agrícolas nacionais com 3 projectos integradores: integração da dimensão regional das políticas agrícolas nacionais; promoção de informação para o comércio; promoção do sector privado para a transformação dos produtos agrícolas;(c) a facilitação das trocas com 3 projectos integradores: segurança sanitária dos géneros alimentícios; facilitação das trocas intra CEEAC, preparação da CEEAC ao comércio internacional.

Em abril d 2010, oito países haviam atingido 10% do compromisso orçamental: Burkina Faso, Etiópia, Mali, Malawi, Gana, Niger, Senegal, Zimbabwe. Nove países haviam atingido os níveis de despesas entre 5 e 10%

II CONTEXTO GERAL E SECTORIAL

2.1 Contexto Económico e Social de São Tomé e Príncipe (STP)

A República Democrática do São Tomé e Príncipe (RDSTP) é um país insular situado na linha da Equador no Golfo da Guiné, ao largo das costas de África central, numa superfície de cerca de 1001 km² e com uma população de 170.000 habitantes (2011)

2.1.1 Quadro físico, social e humano

A RDSTP é composta por duas ilhas principais, de origem vulcânica. São Tomé, a maior, numa superfície de 859 km² e está situado a 300 km aproximadamente das costas gabonesas e Príncipe, a segunda, 142 km², está situado a 150 km de São Tomé. A zona económica exclusiva cobre, soita, 160.000 km² ou seja, 160 vezes o território.

A maioria da população vive na maior ilha e Príncipe só conta com pouco mais de 6,000 habitantes... A população cresce lentamente à taxa de 2,5% por ano em média. A densidade do povoamento é muito desigual, de menos de 20 habitantes/km² em algumas áreas de mais de 2500 hts/km² (distrito de Água Grande, que inclui a capital São-Tomé). O êxodo rural foi induzido nas décadas 1980 pela degradação das condições de vida nas zonas rurais. A população é urbana a 61,7% e rural para 38,3%.

O terreno é muito acidentado, com zonas montanhosas que culminam a 2024 m para o pico de São Tomé e a 948 m, para aquele do Príncipe. O clima tropical, tem uma estação chuvosa de 9 meses (setembro-maio) e uma seca de 3 meses (junho-agosto). O regime chuvoso, colocado sob a dupla influência do terreno e dos ventos predominantes apresenta uma variação espaço-temporal acentuada na ilha de São Tomé. As alturas das chuvas variam de 1000mm no nordeste, as regiões protegidas dos ventos a 7000 mm no sudoeste, as regiões mais expostas aos ventos. Na ilha do Príncipe o mesmo fenómeno se manifesta, o regime chuvoso variando entre 2500mm no Nordeste a 4500 mm no Sudoeste. Daí resultam diferentes microclimas e ecossistemas variados contendo: (i) a floresta densa e húmida em zonas de altitudes, (ii) a floresta secundária na borda da floresta densa, antigas plantações de café e cacau abandonadas, (iii) a floresta de sombra contendo plantações de café e cacau (iv) a savana arbustiva e arborizada do nordeste, as regiões de 900-1000 mm de chuvas e um terreno relativamente plano, (v) a zona costeira um ecossistema de águas salobras com manguezais e uma rica biodiversidade.

Os solos de origem vulcânica são de boa fertilidade na ilha de São Tomé e um pouco menos no Príncipe, no entanto, todos eles têm um bom potencial para a agricultura. A temperatura média anual é de cerca de 26°C e a humidade é muito alta, 92% em alta altitude e 70-89% em zonas costeiras baixas.

A rede hidrográfica é composta de cerca de cinquenta fluxos de água com um comprimento médio de 5-27 km, uma capacidade para 2,1 milhões de m³ e apresentam desníveis de 1000 a 1500 m e um forte potencial de produção de energia hidroelétrica.

2.1.2 Da economia de plantações a economia liberal

2.1.2.1. A economia colonial:

O contexto histórico do povoamento das duas ilhas de São Tomé e Príncipe é essencialmente a criação de uma economia de plantação baseada no trabalho de escravo. A primeira produção de plantações foi de cana-de-açúcar 1400-1500; o declínio foi precipitado pelas melhores condições de produção que predominavam no Brasil. A segunda produção de plantação, o café, atingirá o seu apogeu em 1898 com uma produção de 2500 toneladas. A perda de fertilidade dos solos e a praga serão as causas do declínio do café e sua substituição pelo cacau por volta de 1900.

A terceira produção de plantação, o cacau, atingirá um nível de produção superior a 30.000-40.000 toneladas na década dos anos 1930. Depois seguiu-se uma perda de produtividade que provocará a queda da produção a nível de 4.000 toneladas quando da ascensão do país à independência...

Durante os cinco séculos de regime colonial foi negado aos trabalhadores o direito de ter uma fazenda agrícola familiar exceto parcelas de terra. As necessidades alimentares eram cobertas pelas importações e os trabalhadores sujeitos a uma dependência permanente e total para todas as necessidades de base (alimentação, educação, saúde,...) aos proprietários das grandes plantações.

2.1.2.2. A economia pós independência 1975-1985

A quando da independência em 1975, as grandes plantações coloniais foram nacionalizadas. A organização e as condições de trabalho nas plantações nacionalizadas permanecem inalteradas. A nível da economia agrícola, a supremacia do cultivo do cacau mantém-se como a principal produção de exportação do país a um nível variando entre 3500-4600 toneladas, durante a década 1990. As outras produções de menor importância, são o café, o óleo de palma, a copra. Os desempenhos deficientes das empresas agrícolas nacionalizadas não permitem uma recuperação da produção agrícola. Os grandes investimentos realizados nos setores sociais e nas infra-estruturas geram uma dívida pública insustentável. O governo inicia as discussões com as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), bem como a Comunidade Internacional para um programa de restauração dos equilíbrios macroeconómicos. Um acordo é assinado em 1987 para a implementação de um programa de ajustamento estrutural. O quadro abaixo ilustra a situação económica do contexto que prevaleceu.

Quadro 1 : Indicadores macroeconómicos-STP

Ano	1975	1980	1985	1990	1995
PIB/habitante (\$USD)	450	540	330		
Dívida Externa (% PIB)				346	558
Dívida Externa (% exportações bens e serviços)				93	108

2.1.2.3. A economia liberal de 1985 até hoje.

A implementação engloba reformas estruturais e instituições e políticas e a liberalização da economia através da retirada do estado dos setores da produção e o incentivo do setor privado para assumir a

prosseguir. O Governo, no plano político, se envereda pelo multipartismo e as eleições democráticas são realizadas em 1991, fazendo da RDSTP, o primeiro na África Central a tomar o rumo da democracia e da alternância política.

A década de 1990-1999 é aquela de tomada de medidas de políticas económicas, monetárias e de reformas institucionais difíceis. A nível agrícola, a lei de terras foi aprovada visando uma distribuição de terras à família de pequenos agricultores, oriundos principalmente dos antigos trabalhadores de grandes fazendas nacionalizadas, as "roças". O Banco Mundial presta seu apoio através do programa LDP (Programa de Distribuição de Terras), 20.000 ha de terra ou seja 40% das terras de cultivo são abrangidas pela reforma agrária. É necessário criar uma categoria de exploradores, le pequeno explorador agrícola família, inexistente sob o regime económico colonial, porque não era permitido aos trabalhadores terem uma propriedade.

Os indicadores macroeconómicos abaixo refletem o peso da dívida externa da qual 346% do PIB em 1990 atinge 550% do PIB em 1995

Quadro 2 : Indicadores de Crescimento, dívida externa et investimentos

Indicadores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Taxa de crescimento anual PIB (%)	1,2	1,2	0,7	1,9	2,5	2,6	1,8
Dívida externa em % do PIB	346%	399%	524%	532%	528%	558%	550%
Investimentona agricultura (% investimentos totais)	36%	40%	52%	53%	41%	34%	37%

2.1.3 Uma economia vulnerável aos choques externos

A RDSTP apresenta múltiplas características que lhe valem várias classificações que são as seguintes:

- para uma população de menos de 200.000 habitantes, RDSPT é definido micro-estado entre os pequenos Estados cuja população é inferiora 1,5 milhões de habitantes.
- a posição geográfica do país, o ' país não está localizado numa massa de terra, mas constituído por dois arquipélagos, ele é classificado como estado insular.
- Á luz dos indicadores de rendimentos, índices de desenvolvimento humano, a vulnerabilidade económica (produção agrícola, as exportações agrícolas, baixa diversificação) o país faz parte dos países menos desenvolvidos (PMD)
- Pelo nível de rendimento anual per capita o país aparece na categoria dos países com fracos rendimentos (RFP)→
- Considerando a segurança alimentar, o país importa os produtos alimentícios para atender as necessidades de consumo e como tal, o país é da categoria dos países de fraco rendimento e défice alimentar (**LIFDC**)

As implicações de todas essas características no crescimento são desafios para STP, que são comuns aos pequenos Estados. No entanto, estes desafios não podem ser considerados intangíveis, porque alguns países superaram-nos.

Com efeito, entre os pequenos Estados e Microestados existem todos os níveis de rendimento: (a) Os Pequenos Estados de Rendimentos Elevados (PERE) exportadores de petróleo e insulares (Guiné Equatorial, Bahrain, Brunei Darussalam...) (b) os países de rendimentos intermediários de grupo

superior (PRITS), insulares (ilhas Maurícias, Trindade e Tobago, Bahamas, Barbados,...) (c) os países com rendimentos intermediários de grupo inferior (PRITI) (Cabo Verde, Ilhas Fiji, etc.), (d) países de fracos rendimentos (PFR) (Comores, São Tomé e Príncipe).

Os desafios comuns se colocam (i) ao nível das desvantagens inerentes a um fraco tamanho de população que não permite economias de escala, que encarece os custos fixos das administrações, das empresas e das infra-estruturas. Daí resulta uma administração pública pesada; (ii) a base produtiva é estreita, STP tem mil empresas, das quais 89% são pequenas; (iii) o sector financeiro pouco desenvolvido; oito bancos comerciais operam no mercado financeiro a altas taxas de juros; (iv) a insularidade favorece uma grande abertura comercial, si o ambiente de negócios favorecer, especialmente a existência de incentivos fiscais, procedimentos administrativos eficientes e infra-estruturas de qualidade; (v) os pequenos Estados insulares estão expostos a catástrofes naturais e riscos relacionados com a mudança do clima.

O Governo da RDSTP introduziu reformas estruturais, reforçou as capacidades institucionais e aumentou os investimentos nos sectores sociais (educação e saúde) e da agricultura nas duas últimas décadas 1990-2013. A década 2000-2010 é considerada como aquele relançamento do crescimento, os perdões de dívidas foram efetivadas graças a iniciativa a favor de países pobres muito endividados (HIPC) e iniciativa de alívio da dívida multilateral (IADM) quando o país atingiu o ponto de conclusão de (IADM) em 2007. Essas iniciativas valeram a STP alívios por um lado de 314 milhões de dólares para as duas iniciativas HIPC /IADM e por outro lado 24 milhões de dólares com o Clube de Paris. No entanto a evolução económica recentes demonstra que o domínio da dívida externa ainda é um ponto sensível e as derapagens podem afetar o sucesso da década. Com efeito em 2010 e 2011 a dívida externa representava respectivamente 71,5% do PIB e 75,8% do PIB. Na verdade, apesar dos esforços, os choques externos tais como o aumento dos preços no mercado mundial de produtos importados (comi

da e combustível) ou a queda do preço do cacau, o principal produto de exportação podiam aniquilar os ganhos do crescimento. A fraqueza oportunidades de diversificação das fontes de crescimento além da agricultura e do turismo mantém STP numa estrutura de estado frágil.

Quadro 3 ;Indicadores de crescimento et de dívida externa

Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Crescimento PIB (%)	3.0	4.0	4.1	5.0	3.8	6.7	6.0	5.8	4.0	4.5
PIB/habitante(\$US)	427,5	437,4	450,2	442,4	466,0	510.0	918	1148.6	1140	1200
Dívida externa en %PIB			300%	280%	250%	260%	100%	60%	46%	71,5%

A RDSTP está enfrentando desafios relacionados com a sua especificidade de micro-estado, sua insularidade, suas fracas capacidades institucionais, uma dependência muito grande da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) -32, 5 milhões de \$US em 2005, seja uma média de US \$ 213 por - capita e uma grande vulnerabilidade aos choques externos do ambiente económico internacional.(ex aumento dos preços dos géneros alimentícios e dos preços do petróleo em 2008, a crise financeira de 2009,...)

2.1.4 Indicadores sociais insólitos

Em 2010, o índice de desenvolvimento humano de STP era de 0.488 (127º no grupo dos 169 países análises) correspondente a um país de médio desenvolvimento humano e não a de um país com fracos rendimentos (PFR) ou dos países menos desenvolvidos (PMD).

No que diz respeito aos Objectivos de desenvolvimento do Milénio (ODM) STP conseguirá em 2015, provavelmente a realização os objetivos relativos à educação e à saúde, o que nenhum outro país na África subsaariana ainda tenha feito, não obstante o contexto de pobreza. Com efeito, no que se refere a ODM 2 sobre a educação primária, a taxa líquida de escolarização é estimada em 98% com uma diminuição significativa da taxa de abandono escolar e repetição. No que concerne aos objectivos relativos à saúde (ODM 4,5 e 6, a mortalidade infantil e a mortalidade dos menores de cinco anos, as taxas eram respectivamente de 38 e 63 falecimentos por cada 1.000 nascidos vivos, enquanto que para a mortalidade materna a taxa seria de 94 por cada 100.000 e que a taxa de prevalência da malária foi reduzida de 478 casos por cada 1 000 habitantes em 2002 para 34 em 2009. Todavia, no que se refere a ODM 1 relativa à fome e a pobreza extrema, e ODM 3, igualdade entre os sexos e OMD7, a protecção do meio ambiente, os esforços deverão ser prosseguidos.

As informações sobre a incidência da pobreza não estão atualizados, elas provêm do inquérito de 2001. A nível nacional, a pobreza afetava 54 por cento da população cujo 15% viviam na pobreza extrema. Ela é principalmente um facto rural, 66% dos camponeses vivem na pobreza, sendo 22% abaixo do limiar de pobreza extrema. No meio urbano, a taxa de pobreza é de 45%. As observações empíricas são concordantes sobre o fato de que a situação se deteriorou e as consequências seriam o início de um fluxo do êxodo em direção a cidade dos antigos trabalhadores agrícolas. Por outro lado a pobreza tem uma dimensão de género porquanto as famílias chefiadas por mulheres (33% das famílias) são mais afectadas pela pobreza (15,6%) do que as famílias chefiadas pelos homens(14,9%).O sucesso e a eficácia das políticas de redução da pobreza estão de fato correlacionados com o desempenho do sector agrícola e rural.

2.2 Contexto Sectorial

O sector agrícola engloba agricultura, a pecuária, a pesca e as florestas.

2.2.1. Características gerais do sector agrícola

O setor agrícola foi moldado pela história da povoação dos dois arquipélagos e pela economia colonial de plantações que predominou do século XV ao século XX como modo de exploração da terra e dos fatores de produção, como a força de trabalho. Contrariamente a todas as comunidades africanas do continente, não há nem existiu uma referência de fazenda familiar, nem acumulação de conhecimentos e outros referenciais técnicos. A organização e a estruturação das comunidades são inexistentes com a exceção, talvez, das comunidades de pescadores.

Sob o regime da economia colonial das plantações, o todo o território foi dividido entre uma quinzena de grandes proprietários de plantações cuja área de alguns atingia 5000 ha. A força de trabalho provinha do sistema escravagista e o povoamento resulta de populações de várias fontes da África e da Europa. Os trabalhadores das plantações não eram autorizados a explorar por sua própria conta a terra, se não fossem parcelas, mesmo para as necessidades de alimentação familiar

contrariamente ao que era praticado na Jamaica. A alimentação era fornecida pelos proprietários das plantações através das importações de alimentos. As cantinas das plantações abasteciam os trabalhadores em géneros alimentícios a reembolsar, o que confortava, para o endividamento permanente, a dependência do trabalhador.

Com a independência do país em 1975, o governo procedeu à nacionalização das terras, as grandes fazendas agrícolas 'rocas' tornar-se empresas públicas e os trabalhadores dos empregados agrícolas no contexto da opção socialista e de economia planificada para o período 1975-1985.

A liberalização da economia interveio a partir de 1985 e a experiência inconclusiva da gestão das fazendas públicas concorreram para a aprovação de uma lei em 1991 sobre a terra e a implementação dum programa de distribuição em 1993, a fim de criar uma nova categoria de agricultores familiares oriundos dos antigos trabalhadores e outras categorias sociais (funcionários aposentados, desempregados...).

A tipologia das explorações agrícolas tornou-se conforme indicado no quadro abaixo: Ele mostra que mais de 50% das explorações agrícolas pertencem às categorias médias e grandes que têm consequências sobre as possibilidades reais de aproveitamento.

Quadro 4 : Tipologia das explorações agrícolas

Tamanho	Número	Dimensões (ha)	Superfície total (ha)	Percentagem
Grandes explorações	8	D < 150	15 825	32.3
Médias explorações	144	10 < D < 150	10 530	21.5
Pequenas explorações	5167	1 < D < 10	16 675	34
Micro explorações	13700	D < 1	5 970	12.2
Total	19019		49 000	100

A paisagem agrária é constituída de:

(i) De 49.000 hectares de terra agrícola de boa fertilidade cujo 44.800 ha são aráveis. O cacau ocupa 50% das áreas e a terra sob irrigação com controle total ou parcial da água são estimados em 9700 ha.

(ii) Os recursos florestais contêm três categorias: a) a floresta densa e húmida de montanha que não sofreu nenhuma influência antrópica (parques naturais de Obo) (b) a floresta secundária nos arredores da floresta densa e húmida, corresponde às antigas plantações de café e cacau abandonadas e onde a regeneração de árvores de grandes porte predomina. (c) as florestas de sombra contêm plantações de cacau e de café e um estrato das árvores sombreadas. O conjunto de todas estas florestas ocupam aproximadamente 58.300 ha ou 58 % (por cento) do país (50.000ha na ilha de São Tomé e 8300 ha no Príncipe)

(iii) Os planos dos cursos de água de STP têm um volume de 2,1 milhões m³ por km², ou seja, um equivalente de 10.000 m³ anuais por habitante, quantidade superior à média nas outras regiões do mundo

A população activa do setor tem: 20.000 agricultores, 2200 pescadores artesanais e 3000 vendedores de peixe "palayes" profissionais do comércio dos produtos da pesca...

2.2.2 Quadro institucional para o sector agrícola

As instituições do sector agrícola são compostas por (i) instituições públicas de orientação e apoio técnico, (ii) as organizações profissionais agrícolas (iii) as organizações da sociedade civil (ONGs), (iv) o sector privado (importadores e exportadores de produtos alimentares e de insumos agrícolas...) (v) as instituições de financiamento do sector agrícola e rural (vi) as coletividades descentralizadas.

(a) As instituições públicas de orientação e apoio técnico de são colocadas sob a supervisão do Ministério da agricultura, pescas e desenvolvimento rural composto por (i) o Gabinete, (ii) quatro direcções técnicas: Agricultura e desenvolvimento rural, Florestas, Pecuária, Pesca (iii) instituições técnicas especializadas; o Centro de investigação agronómica e técnica (CIAT), o Centro de aprendizagem técnico agrícola e profissional (CATAP), o Fundo das infra-estruturas comunitárias (FIC) o Programa de apoio participativo à agricultura familiar e à pesca artesanal (PAPAFPA), o centro agrícola para o desenvolvimento sustentável (CADR), o Programa nacional de extensão rural (PRONER), (iv) das estruturas descentralizadas que são as delegações regionais;

(b) As organizações agrícolas (associações, cooperativas, Grupo de interesse económica-GIE, federações e cooperativas). Elas são recentes, surgidas principalmente após a reforma agrária de vocação associativa por categoriais como (i) pequenos agricultores familiares agrupados no seio de uma estrutura a Federação Nacional dos pequenos agricultores (FENAPA), (ii) os artesãos da pesca artesanal com o GIEPPA (iii) em produtos específicos (cacau, café, produtos aquários, pimenta...). São as mais dinâmicas são CECAB (cacau-bio), CECAQ (cacau comercial ordinário), CECAFEB (café-bio), CEPIBA (pimenta-bio).

(c) As organizações da sociedade civil (OSC). Noventa organizações da sociedade civil foram identificadas as mais dinâmicas estão agrupadas no seio de uma Federação Nacional, FONG. O movimento associativo está em crescimento e carece porém de apoios significativos para participar activamente na tomada de decisões no processo económico e político, por exemplo acesso aos meios de comunicação públicos. No sector agrícola as ONGs participaram em prestações de serviço no quadro de projectos, são entre outros, ZATONA, MARAPA, ADAPPA.

(d) O sector privado importadores/exportadores de produtos alimentares e insumos agrícolas, embora pouco desenvolvido, tendo em conta o tamanho do mercado doméstico, da base de produção reduzida, a parceria público-privada (PPP) desenvolve-se em particular para os <<mercados de nichos>> dos produtos agrícolas de exportação (cacau - bio, café orgânico... pimenta)...

(e) O sector financeiro tem um número limitado de estabelecimentos e prática das taxas de juro muito altas e desencorajadoras para os agricultores. Neste contexto, a falta do sector agrícola carece de recursos financeiros próprios para o seu desenvolvimento. A microfinança está na fase embrionária e isto depois de experiências infelizes (1995-2000). Espera-se um regulamento do Banco Central é esperado, e estudos estão previstos pelo Banco Mundial (Interim Strategy Note 2011-2012)

(f) as comunidades descentralizadas têm pelas suas atribuições responsabilidades de desenvolvimento, por isso, são partes integrantes. Os responsáveis das câmaras municipais e dos distritos precisam de um reforço das suas capacidades a fim de facilitar a implementação dos subprogramas e projetos de desenvolvimento das suas comunidades.

2.2.3 Políticas e estratégias anteriores e em curso

A reforma agrária fez nascer pequenos agricultores familiares, sem qualquer experiência de gestão numa exploração agrícola e desprovidos de capacidades financeiras para a aquisição dos fatores de produção. O desafio para o governo é de promover o bem-estar destes novos proprietários agrícolas bem como o desenvolvimento e o crescimento do sector agrícola através de um aumento da produtividade e a única suscetível de engendrar um crescimento de produções e rendimentos resultantes do mercado.

As estratégias do governo inscrevem-se portanto numa visão a médio e longo prazo:

ARDSP elaborou em 2002, a sua primeira estratégia de redução da pobreza (ENRP /PRSP 2002-2005), de forma participativa. A este primeiro documento foi associado um "Plano de Ações Prioritárias (PAP, 2006-2008)". A ENRP I (2002-2005) foi apresentada à comunidade internacional aquando de uma mesa-redonda dos Parceiros Técnicos e Financeiros (PTF) em Bruxelas em outubro de 2005. A segunda estratégia nacional de redução da pobreza, ENRP II (2012-2016) entrou em vigor em 2012 visando prosseguir os objectivos de reforço da estabilidade macroeconómica, estimular um crescimento capaz de criar empregos, aumentar o rendimento e o bem-estar, e finalmente, travar a pobreza e reduzir as desigualdades, incluindo aquelas relacionadas ao género. Quatro eixos estratégicos estão então definidos (a) Reforma das instituições públicas e o reforço da boa governação; (b) a Promoção de um crescimento económico integrado e sustentável, visando a redução da pobreza; (c): Desenvolvimento do capital humano e a melhoria dos serviços sociais básicos; (d) o Reforço da coesão e protecção social para a construção de uma sociedade melhor integrada e equilibrada.

(b) O programa nacional de segurança alimentar e nutricional (PNSAN) é aprovado em julho de 2012, para o período de 2012-2023. Ele constitui um quadro de coerência da política nacional de segurança nutricional, tendo em conta o seu carácter multi-sectorial. O objetivo global é a realização dos ODM 1 "reduzir para metade a índice da pobreza e da fome até 2015" e aumentar o bem-estar das populações rurais. Os objetivos específicos são (i) o aumento dos volumes de produção agrícola, aumento da produtividade, diversificação e segurança dos sistemas de produção; (ii) a promoção dos produtos vegetais, animais e pescados; (iii) o aumento dos rendimentos dos produtores para uma melhor qualidade de vida; (iv) melhoria da capacidade das famílias e entender tudo o que tem a haver com a segurança alimentar e nutricional.

(c) A Carta actualizada de política Agrícola e de Desenvolvimento Rural (LPADR) a médio prazo (2015) e a longo prazo (2025). Os objectivos e programas prioritários do governo estabelecidos são: (i) o aumento e a diversificação dos produtos e das exportações

agrícolas, (ii) o aumento e diversificação das produções da pecuária e das pescas, preservação (iii) a preservação e a gestão racional dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente, particularmente as florestas, (iv) o reforço institucional para apoiar o desenvolvimento rural e das pescas, (v) a melhoria do bem-estar das populações rurais, (vi) o aumento da produção alimentar para o consumo interno e a redução de importações alimentares.

2.2.4. Programas anteriores e em curso

2.2.4.1 Programas e projetos anteriores

Com o apoio da cooperação internacional que financia mais de 90% do orçamento de investimento no sector agrícola, a RDSTP realizou vários projetos e programas nos domínios da agricultura, pesca e pecuária. Trata-se de:

1. Projeto de apoio ao desenvolvimento da pecuária, (1998-2003) e (2008-2013)

Os objectivos prosseguidos por estes projectos financiados pelo BAD são a melhoria produtividade e produções das espécies animais a curto ciclo (caprinos, ovinos, suínos et aviários). As ações realizadas foram (i) o reforço institucional dos serviços de pecuária, nomeadamente da direção dos serviços descentralizados; (ii) a formação em técnicas de criação dos pecuaristas e agricultores; (iii) a seleção de espécies animais geneticamente eficientes obtidas para o crescimento das espécies locais com espécies importadas (ovinos e suínos); (iv) a melhoria da cobertura de saúde animal, com o estabelecimento de uma rede de vigilância epidemiológica e de segurança sanitária dos produtos de origem animal; (v) a reabilitação do laboratório veterinário; (vi) o reforço da capacidade institucional das organizações profissionais da pecuária.

Para ambas as fases os custos do projecto foi de 6 milhões de UC, cujo dois para a primeira fase.

2. Projeto de desenvolvimento da criação de porcos

Financiado pela Cooperação da China Taiwan, o projeto visava a melhoria da produtividade e da produção de carne de porco pelo cruzamento de raças locais com raças melhoradas importadas.

3. Projeto Piloto Avicultura (1999-2009)

Este projeto tendo beneficiado como o precedente do apoio financeiro de Taiwan tinha por objetivo de promover a avicultura semi industrial. As ações consistiram na (a) introdução de raças melhoradas para a produção de ovos e de carne; (b) utilização de produtos locais para o fabrico de alimentos, (c) promoção de grupos de criadores produtores de ovos ou de frangos; (d) formações técnicas, e (e) produção de pintos dum dia pelo sistema de incubação.

Os resultados foram um aumento substancial das diferentes raças de aves de capoeira no país e uma produção de ovos generalizada.

4. Projeto integrado de produção de cabras leiteiras (2002-2004)

Ele foi financiado pela Agência de Cooperação Internacional da Espanha. Oito (8) médias empresas agrícolas beneficiaram deste projeto. Cabras leiteiras e bodes de raça Murcia

Granadina foram importados da Espanha. A formação técnica foi dispensada em gestão de leiteiras e em fabrico de queijo. A adaptação dessas leiteiras às condições locais não teve êxito.

1. Programa de promoção das micro-empresas (2002-2005)

Implementado com o apoio do projecto de cooperação canadense o projeto visava a formação das mulheres na avicultura e a criação duma cooperativa de produção e de comercialização de ovos. Ele foi executado pela ONG Zoovet e deu origem a uma organização das mulheres <<Men Ganha PêOvo>>.

6. Projeto de produção de queijo (2002-2004) pela ONG ADRA

O objetivo era de formar pequenos criadores em técnicas de produção de queijo. Os resultados não são conhecidos.

2.2.4.2 Programas e projectos em vias de execução ou em fase de realização 2014-2020

1. Programa de Apoio Participativo à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal (PAPAFPA) 2003-2015

O programa financiado principalmente pelo FIDA por um montante don e empréstimo de 9,940 milhões de \$ faz sequência ao Programa Nacional de Apoio aos Pequenos Agricultores Familiares (PNAPAF) executado no período 1995-2002 e cujo objetivo era o de acompanhamento da reforma agrária de 1993 que deu origem a uma classe de pequenos agricultores. Assistência era relacionada com os serviços de extensão, as infra-estruturas rurais, a diversificação das produções e a microfinança.

O PAPAFPA entrou em vigor em fevereiro de 2003 tem comoações principais as seguintes:

- as actividades nos sectores (cacau biológico, cacau convencional, pimenta/especiarias, café biológico, peixe fresco sob o gelo, diversificação das culturas alimentares) de acordo com uma estratégia de parceria Público-Privada (PPP) e o desenvolvimento pelo mercado, a profissionalização do agricultores através do apoio à estruturação das organizações profissionais agrícolas, a criação de cooperativas financeiramente autónomas que gerem e distribuem dividendos.

- O reforço da oferta de serviços nas zonas rurais, através de um fundo para as infra-estruturas comunitárias (FIC)

O projeto beneficiou do financiamento adicional da Agência Francesa de Desenvolvimento de \$ 1 400 000 e também o Fundo Global de Envolvimento \$ 2.182 418.

Os resultados obtidos foram (a) as cooperativas operacionais a frente das exportações para o exterior na do cacau biológico, o cacau de qualidade, a pimenta, o café biológico, (b) a criação da FENAPA (Federação nacional dos produtores agrícolas), organização tutora das organizações profissionais agrícolas.

Sobre o financiamento FIDA \$ 940 9.000 dos EUA, apura-se para o período 2014-2015 um saldo de US \$ 3.050.000.

Sobre o financiamento adicional da AFD \$ 1.400.000 relativa a assistência técnica e a recuperação das pequenas plantações de café, apura-se para o mesmo período, um saldo de US \$370.000. O financiamento do FEMsobra para o período 2014-2015 um remanescente muito importante de 2.334 milhões de \$.

2. Projeto de Reabilitação das infra-estruturas de apoio a segurança alimentar (PRIASA) 2011-2015.

Executado através do financiamento do BAD, o projeto inclui vários componentes, nomeadamente (i) a construção e reabilitação das infra-estruturas de apoio à produção agro-pastoral, (ii) o reforço das capacidades das estruturas de apoio à produção. O orçamento total em dólares é de 7.012.924 O nível de despesas efetuadas no período de antes de 2014 é de \$ 2 750 605, deixando para o período 2014-2015 um saldo de \$ 4 262 319.

3. Projeto descentralizado de segurança alimentar e a suinocultura (2013-2016)

O projeto que colabora com o programa das cantinas escolares, fornece apoio à agricultura familiar, através da comercialização dos produtos agrícolas, a produção de farinha de mandioca e a continuação das actividades para o desenvolvimento da suinocultura.

Dum financiamento de US \$10 200000 a metade foi gasta e resta atualmente um saldo de US \$5.100 .000.

3. Projeto de desenvolvimento STP 200295, Alimentação escolar(2012-2016)

Financiado pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) para um orçamento de \$ 5.300.000, o projeto visa apoiar o Governo nos seus esforços para reduzir a insegurança alimentar e pobreza e a realização dos ODM 1 a 6. Ele prevê a distribuição de 3997 Toneladas de géneros alimentícios e continuidade do anterior (2006-2011) que prestou assistência a 40 000 beneficiários de grupos vulneráveis e 8400 toneladas de géneros alimentícios.

Os grupos de vulneráveis beneficiários são (a) as crianças das escolas da primária e pós primária através das cantinas escolares; (b) os vulneráveis que frequentam os centros de saúde reprodutiva (PMI), crianças de menos de cinco + anos desnutridas, mulheres grávidas e que amamentam, as pessoas infectadas por HIV-SIDA; (c) os outros vulneráveis tais como as crianças abandonadas, os órfãos e pessoas idosas.

No final de 2012, o saldo orçamental foi de 4186255. Os resultados financeiros de 2013 ainda estão à espera para serem validados.

5. Projeto de reforço dos sectores de exportação (2012-2016)

Ele beneficia dum financiamento da União Europeia num estimado de \$ 8 775 000.

6. O reforço da governança sobre o controle da pesca e a conservação do recurso, apoio sectorial à pesca, acordo de parceria de pesca EU/STP

Este acordo, assinado para o período 2014-2018 prevê US \$1.690.000 para actividades relacionadas com a exploração e a gestão dos recursos da pesca, nomeadamente o apoio no fornecimento de equipamento de pesca, o reforço do monitoramento por sistemas de satélites e da formação de executivos.

7. Programa de apoio participativo a agricultura comercial (PAPAC) (2015-2020)

Este projeto é a continuação do PAFAPPA com uma orientação mais destacada no desenvolvimento da agricultura comercial. Ele está a ser avaliado e seria como o anterior co-financiado pelo FIDA e AFD sendo as respectivas contribuições estimadas em \$ 6.240.000 e \$ 1.500.000 ou seja, num financiamento global de \$ 7 740 000 .

8. Apoio orçamental ao governo de STP para o sector da agricultura e Pescas (ano fiscal de 2014)

A cooperação China Taiwan concedeu ao Governo de STP um apoio orçamental estimado em 3818 \$760 exclusivamente para a agricultura e pesca.

Quadro 5: Programas e projetos em andamento ou previstas para o período 2014-2018²

Projeto ou programa	Doadores	Agência Execução	Data de início	Data de término	Orçamento total (milhares \$)	Estimativas de Gastos antes de 2014	Disponível 2014-2018
Projecto de reabilitação das infra-estruturas de apoio à segurança alimentar	BAD	MAEPDR	2011	2015	7 013	2 751	4 262
Programa de apoio participativo à agricultura familiar e a pesca artesanal	FIDA	MAEPDR	2003	2015	7 950	6 320	1 630
Programa de apoio participativo à agricultura familiar e de pesca artesanal	FIDA	MAEPDR	2010	2015	1 990	570	1 420
Programa de apoio participativo à agricultura familiar e de pesca artesanal	FIDA/ GEF	MAEPDR	2012	2015	2 418	84	2 334
Programa de apoio participativo à agricultura familiar e de pesca artesanal (assistência técnica)	AFD	MAEPDR	2010	2014	700	680	20
Programa de apoio participativo à agricultura familiar e de pesca artesanal (recuperação das pequenas plantações de café)	AFD	MAEPDR	2011	2015	700	350	350
Apoio orçamental ao Governo (Sector agricultura e pescas)	TAIWAN	MAEPDR	2014	2014	3 819	-	3 819
Projeto de apoio à Cultura Alimentares (PDSA) e Criação de Suínos	TAIWAN	Missão Taiwan	2011	2016	10 200	5 100	5 100
Programa de apoio à Alimentação escolar	PAM	MECF	2012	2016	5 300	nd	

²1 DTS = 1.5067 USD

Projeto ou Programa	Doadores	Agência Execução	Data de início	Data de término	Orçamento total (milhares \$)	Estimativas de Gastos antes de 2014	Disponível 2014-2018
Reforço dos sectores agrícolas de exportação	U E		2012	2016	8775	nd	
Acordo de parceria de pesca UE São Tomé e Príncipe	U E	N.I	2014	2018	1690	-	1 690
Programa de apoio Participativo à Agricultura Comercial	FIDA	MAEPDR	2015	2020	6 240	-	4 160
Programa de apoio Participativo à Agricultura Comercial	AFD	MAEPDR	2015	2021	1500	-	1 500
					58 295		22 466

2.2.5. Financiamento dos investimentos no sector agrícola

O sector agrícola (agricultura, pesca, pecuária) durante a década de 2001-2011 conheceu em média um crescimento de 2, 8% por ano, quando a economia nacional cresciade 3,1% em média por ano. A contribuição do sector para a riqueza nacional (PIB) foraem média de 20%. As crises alimentares, petrolíferas, financeiras que ocorreram entre 2008 a 2010 tiveramcomo consequências, na RDSTP, o encarecimento do factura alimentar, a diminuição dos investimentos estrangeiros diretos (IED) e uma desaceleração do crescimento agrícola em 2010 e 2011 de menos de (-1,3%) a menos de (-1%)

A evolução dos investimentos públicos, que inclui a ajudaaos Parceiros Técnico Financeiros (PTF), para o período 2000-2008 (ver tabela abaixo) prova que os investimentos na agricultura e na pesca conheceram uma queda passando a agricultura de 15,3% (média 2000-2002) para 10,5% (média 2006-2008) e a pesca de 3,1% para 1,8% . A prioridade dos investimentosé concebida à administração pública (23,0%) e às telecomunicações (19,6%). De um modo geral, a média de investimentos nos sectores da agricultura e da pesca ultrapassam os 10% fixos pela declaração de Maputo de junho de 2003.

Quadro 6: Evolução do investimento público por sector em percentagem

Rúbrica	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Administração Pública	8,5	14,4	19,3	24,6	39,4	31,9	18	27,3	38,5
Agricultura	13,7	11,4	20,7	6,9	3,2	7,2	4,8	3,5	14,1
Água e saneamento	16,5	8,4	10,4	13,7	6,6	4,8	3,6	3,2	2,4
Educação	6,9	19,7	7,9	14,1	6,5	4,9	19,4	15,2	7,1
Energia	13,9	7,7	3,8	3	0,8	0,0	0,0	0,0	0,5
Habituação	3,3	1,3	0,2	4,5	1,4	1,4	1	8,5	0
Pesca	4,5	3	1,7	1,4	0,4	0	1,7	12,2	0
Saúde	1,4	8,5	12	14,9	13,9	17,2	20,9	5,4	13,1
Transportes e Telecomunicações	25,2	23	22,2	14,6	12,2	20,3	11,2	15	19,7
Outros	6,1	2,6	1,7	2,2	15,6	12,4	19,5	9,7	4,7

Fonte: Direcção-Geral da Planificação, STP, Novembro de 2009

No período 2010-2013, os investimentos conheceram um aumento significativo graças a intervenção do BAD no setor das infra-estruturas, do FIDA e da AFD no apoio à organização dos produtores e o desenvolvimento dos setores de exportação de produtos agrícolas, cooperação taiwanesa, do PAM e da União Europeia.

Os créditos à economia para o período 2006-2011 revelam que as dotações que beneficiam o sector agrícola são singularmente baixas, pois não ultrapassam 1,51%. Os sectores para os quais os créditos para a economia se orientam são as construções e a habitação, o comércio, indústria e o consumo doméstico. Esta situação reflecte uma fraca ligação entre as atividades do setor e o mercado, particularmente o mercado financeiro.

Quadro 7 Créditos à economia por setor de actividades (em Bilhões de Dobras)

Sector	2006	2007	2008	2009	2010	Junho-11
Construções /habitações	30.96	34.59	30.10	29.96	24.98	23.00
Comércio	17.28	21.67	24.44	27.61	31.85	32.88
Indústria	27.65	22.00	15.52	14.77	12.22	10.54
Agricultura	1.51	1.19	0.80	0.83	0.08	0.51
Turismo	0.15	0.99	1.80	0.79	2.02	2.26
Consumo	12.90	12.88	22.55	21.06	19.20	20.24
Serviços	9.55	6.41	4.67	4.84	9.55	10.42
Outros	0.00	0.26	0.12	0.14	.012	0.14
Total	100	100	100	100	100	100
Total	430.936	569.826	698	1.014.408	1.507.585	1.668.393

Fonte: Banco Central STP

2.2.6. Desempenho do sector agrícola

De 2007 a 2011, a contribuição do sector agrícola para a riqueza nacional oscilou entre 19% e 22%...Ele continua a ser o principal contribuinte para o rendimento das famílias, oferece 28% dos postos de trabalho (2005) e conta 38,3% da população do país cuja 54% vivem abaixo do limiar da pobreza.

Um outro indicador da fraqueza do desempenho do sector agrícola é ilustrado pelo peso do comércio agrícola em relação ao PIB. As exportações agrícolas diminuíram de 4% por ano no início do período 2000-2005 a aproximadamente 3% do PIB no período de 2006-2008. Durante esses mesmos períodos as importações dos produtos agrícolas de 39% do PIB atingiram 56,5% do PIB em média por ano. Durante o ano de 2008 do aumento mundial dos preços dos géneros alimentícios, o peso das importações alimentares aumentou a 62,9% do PIB. Isto resultou um déficit crónico na balança comercial de (-41% do PIB) durante o período 2009-2011.

Por outro lado o mau estado das infra-estruturas de comunicação (estradas) encarece os custos de transportes, de produção e de comercialização dos produtos agrícolas e compromete o desempenho do sector em termos do livre fluxo de comércio interior e a competitividade em relação ao exterior.

As fortes potencialidades de contribuição do sector agrícola para a redução da pobreza fazem seu desenvolvimento, o grande desafio do sucesso da estratégia de crescimento económico do governo.

2.2.6.1 Visão geral do sistema de produção agrícola

O sistema de produção abrange (i) uma área cultivada de 44.800 ha para as produções vegetais e animais, (ii) uma zona económica para pesca de 160 000 km², contendo a plataforma continental reduzida de 1500 km² e da ZEE, (iii) recursos florestais que cobrem 30% do território, fornecendo madeira de obra, carvão de madeira e vários outros produtos florestais não-madeireiros. (iv) As produções vegetais: cacau (26076ha) Café (984ha), coqueiros (7676 ha) Bananeiras (4012ha) outras culturas alimentares (3500ha); culturas hortícolas e árvores de fruto. (v) As produções animais; (aves, suínos, ovinos, caprinos e bovinos) (vi) As produções de pescado (pesca artesanal); (vii) criação de condições para irrigação em 9700 ha

O sistema de produção é confrontado com graves constrangimentos que limitam o seu desempenho:

- . A ausência de um sistema estatístico e de seguimento-avaliação credível do sector
- . A deterioração do sistema de irrigação torna-o improdutivo para agricultores das regiões onde a água torna-se um factor de limitação na estação seca. Um programa de reabilitação com a cooperação taiwanesa ocupa-se deste problema com o objectivo de abranger 550 agricultores hortícolas e culturas alimentares.
- a praticabilidade muito baixa das infra-estruturas rodoviária degradadas e sistemas de transporte raros e caros entravam a fluidez dos produtos agrícolas aos mercados.
- As baixas competências técnicas dos pequenos agricultores familiares, à esperados apoios prometidos pelo governo desde a distribuição das terras. Os decepcionados abandonam a terra para engrossar as fileiras dos desempregados urbanos
- A baixíssima operacionalização dos serviços de apoio ao sistema produtivo: extensão rural, pesquisa - desenvolvimento, centros de formação, delegações de agriculturados distritos.

2.2.6.2 Produções vegetais

As principais produções alimentares são a banana (prata e fruta), taro/matabala, mandioca e a frutapão. Elas conheceram um crescimento estável no seu conjunto, ao longo do período 2000-2011 passando de uma produção média de 34.000 toneladas no período 2000-2002 para 58.000 toneladas, média 2009-2011.

Os produtos agrícolas de exportação são cacau ordinário e biológico, a copra, o café, as folhas de plantas ornamentais e a pimenta. O cacau representa 80% do valor das exportações. A produção está em declínio por causa do envelhecimento dos **cacaueiros**, das flutuações no mercado mundial; a média de 3300 toneladas no período 2000-2002, ela se situa a 2300 toneladas em média durante o período 2009-2011. Este nível é alcançado pelo contínuo crescimento das exportações dos volumes do cacau biológico, que passaram de 75 toneladas em 2004 para 493 toneladas em 2011.

Os produtos hortícolas e frutas conheceram um grande impulso, especialmente no meio urbano, desde a reforma agrária, de 1993-1998, que facilitou o acesso à terra, as técnicas e os factores de produção, (sementes, adubos, plantas...) e as formações realizadas pelos centros técnicos (CIAT, CATAP...). As produções são variadas e as mais importantes são o tomate, pimenta, repolho, feijão, cebola e milho fresco. A variada gama de frutas exóticas incluem mamão, ananás, goiabas, mangas, jaca, limões, abacates... etc...

2.2.6.3 Produções de gado

As produções de gado de espécies dominantes a ciclo curto, são ovinos, caprinos, suínos e aves de capoeira. Os caprinos e os suínos são aproximadamente de 25.000 cabeças para cada espécie; Os ovinos são estimados em 2600 cabeças. Os programas no setor dos pequenos ruminantes e dos suínos focalizaram-se na melhoria dos desempenhos genéticos através de cruzamentos de espécies importadas a fim de operar cruzamentos. A cooperação taiwanesa prestou apoio ao programa de criação de porco.

A criação de bovinos é a mais baixa, pelo que as condições climáticas de forte humidade não permitiram uma abordagem de melhoria genética para uma adaptação às condições locais. Os números de bovinos são cerca de 900 cabeças.

Em avicultura as vacinações contra a doença de New Castle reduziram significativamente a mortalidade. A implementação dum centro avícola com a cooperação taiwanesa permitiu de criar uma boa base de desenvolvimento com uma produção de 2,3 milhões de ovos para aproximadamente 277,000 sujeitos em 2011.

As estimativas de produção de carne estão na faixa de

As produções de animais a ciclo curto constituem a via de diversificação agrícola a mais apreciada dos pequenos agricultores familiares.

2.2.6.4 Produções de pescados

O sector das pescas contribui para 3% do PIB e emprega cerca de 7.0000 pessoas. O sector representa uma importante fonte de crescimento económico para o país. Na alimentação dos santomenses, os produtos da pesca fornecem cerca de 85% de proteínas dietéticas.

Uma pesquisa de 2007 estimada em 3500 o número de pescadores artesanais e 3000 as «palayés», denominação local das mulheres que asseguram a comercialização dos peixes. Avaliação do potencial em recursos das pescas estabelece uma biomassa de 12.000 toneladas de peixe cujo dois terços, aproximadamente cerca de 7500 toneladas a volta do Príncipe e 4500 toneladas a volta de São Tomé. No entanto, o nível das capturas da pesca artesanal tem evoluído lentamente (2,9% em média por ano) durante a década de 2000-2011. De 3750 toneladas em média anual de 2000 a 2002, a produção de pescado se situa numa média anual de 4800 toneladas. A produtividade da pesca artesanal é ainda baixa apesar das inovações técnicas introduzidas pelos programas anteriores e atuais.

Quadro 8: capturas de 2000-2011 (toneladas)

	Média 2000-2002	Média 2003-2005	Média 2006-2008	Média 2009-2011
Capturas (toneladas)	3756	4129	4449	4827
% aumento		10	8	8

Fonte: Direcção da Planificação, Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural

Com efeito, os programas no sector das pescas começaram desde 1984, com as cooperações da FAO, AFD, a AFD, do FIDA do Japão e de Taiwan, permitiram que o fornecimento de equipamentos, a estruturação e organização dos atores e a introdução de inovações, tais como o aparelho de concentração de peixes (DCP), o tipo de canoa melhorado "prao», instalação de redes, a mecanização de canoas...

A pesca industrial, em alto-mar, na ZEE, é praticada por frotas estrangeiras da União Europeia, Japão e Taiwan no quadro dos acordos de pesca e acordos de licenças. As capturas não são desembarcadas no país e as estatísticas destas pescas não são fornecidas apesar das disposições desses acordos que envolvem compensações financeiras.

2.2.6.5. Produções florestais lenhosos e não lenhosos

Os recursos florestais da STP são um potencial 12,8 milhões de m³ de madeira de todas as espécies (1999), cujo 2,7 milhões de m³ de madeira comercial constituíam espécies de grande valor.

Os recursos lenhosos estão sujeitos a uma certa pressão antrópica pela exploração da madeira serrada de qualidade e de madeira para cozinhar, que constitui um fator de vulnerabilidade dos recursos num contexto onde os efeitos das alterações climáticas se manifestam através do aumento do nível do mar.

As formações florestais de STP tendo sido relativamente bem preservadas, apesar das ameaças da pressão antrópica, os recursos PFNL são muito variados: frutas, plantas alimentares como fruteira-pão, espécies medicinais, aromáticas (baunilha, o ylang-ylang, vetiver, canela), decorativas (orquídeas, - bico do papagaio, rosas de porcelana...). Esta riqueza de ecossistemas oferece uma grande variedade de produtos. No entanto resta ainda fazer a avaliação sobre o seu impacto económico e social, particularmente em termos de meios de subsistência das populações, da segurança alimentar, da saúde e da criação de rendimentos e de emprego.

2.2.6.6. Comercialização e processamento

País insular e microestado com uma população de menos de 200.000 habitantes, STP numa base produtiva reduzida com a predominância de um único produto de exportação, o cacau. O mercado interno é pequeno e oferece uma base económica reduzida. No entanto, STP coloca sua ambição numa maior abertura comercial virada para serviços do que a produção agrícola.

Todavia, os desenvolvimentos recentes em matéria de mercados de nicho nas cadeias de valores muito competitivas (cacau-bio; café-bio, pimenta e outras especiarias) revelam que as perspectivas de ganhos compartilhados nos mercados internacionais são evidentes. A profissionalização dos agricultores em contacto com profissionais internacionais do comércio desses produtos, num quadro de parceria público-privada (PPP) desenvolve qualificações adequadas para operar nos mercados regionais e internacionais.

A nível nacional, a má qualidade das infra-estruturas rodoviárias em zonas rurais representa o maior obstáculo para a comercialização das produções agrícolas, nomeadamente em termos de acesso físico aos mercados locais, custos de transporte e de comercialização in fine. A comercialização de produtos alimentares através de mercados locais tem lugar sob o controle dos atores cuja estruturação é governada pela informal tanto os constrangimentos de transporte, de embalagem, de conservação são aleatórias.

A comercialização de produtos da pesca é realizada em produtos frescos fora da cadeia de frio pelas «operadoras do mar» profissionais, «palayés».

Neste contexto, promover as tecnologias de conservação, armazenamento e de processamento dos produtos primários constitui um eixo estratégico de crescimento dos rendimentos dos produtores e de redução da pobreza no meio rural...

Por outro lado, o acesso aos mercados regionais, em particular da costa africana do Oceano Atlântico seria um grande trunfo para a economia agrícola de STP, mas esta é a opção política de adesão aos grupos económicos regionais, particularmente a CEMAC junto da qual o país tem estatuto de observador

2.2.6.7. Consumo alimentar e segurança alimentar

Consumo de alimentos é dominado pela banana, taro/matabala, mandioca, arroz, fruta-pão, acompanhados de legumes, peixe, carne em quantidades menores do que peixe..., O santomense figura dentre as populações africanas que consomem mais peixes, 28 kg/habitante/ano (fonte FAO) contra 4 kg por bht por ano para a carne. A produção interna é insuficiente para atender à demanda em cereais (arroz, trigo, milho), em leguminosas (feijões) e em produtos de origem animal (carnes, leites e derivados). A RDSTP herda um sistema de satisfação das necessidades alimentares baseado na importação de bens alimentares implementados desde a época colonial. As exportações deveriam cobrir as importações alimentares. Agricultura familiar responde atualmente, às necessidades em banana, matabala, mandioca e verduras. As importações do mercado internacional suplementam o défice em cereais (arroz, trigo) em óleos, produtos lácteos, açúcar e carnes.

Considerando o período 2009-2011, em média anual, os cinco primeiros produtos importados em valor são: (i) o arroz (3,6 milhões de euros). (ii) os óleos comestíveis (3,5 milhões de euros); (iii) farinha de trigo (2,4 milhões de euros); (iv) produtos lácteos (1.6 milhões de euros); (v) açúcar (1,5 milhões de euros). .. O arroz e óleos alimentares representam 50% do valor das importações alimentares.

Quadro 9: importações alimentares (média anual 2009-2011)

	Arroz	Óleo de Oliveira	Farinha de trigo	Leite	Açúcar	Feijões secos	Macarrões alimentares	Farinha milho	margarina
Quantidade (toneladas)	5660	4020	5919	1047	3218	747	827	560,1	201,4
Valores (€1000)	3 621	3 564	2 431	1475	1 470	554	551	242	220

Em termos de segurança alimentar, a acentuação da pobreza no país entre 1992 e 2001, de 48% para 54% de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza (Inquérito de 2001) vislumbra que a realização dos ODM 1 em 2015 deve ser dilatada. No meio rural a pobreza afeta 66% de pessoas contra 45% no meio urbano, por conseguinte, a insegurança alimentar é alarmante.

Os indicadores nutricionais de acordo com o Inquérito Demográfico e Saúde 2008-2009 mostram que 29% das crianças de menos de 5 anos sofrem de desnutrição crónica, cujo 12% de forma severa. Crianças de idade variada entre 6-8 meses de idade são as mais afetadas, com uma taxa de 46%.

Peso abaixo do normal, ou desnutrição aguda afeta 10% sendo 4% sob a forma grave ...

2.2.7. Constrangimentos e desafios

Os constrangimentos estruturais relacionados com a insularidade, o pequeno tamanho do país e do seu mercado interno não constituem uma falta de alternativas de desenvolvimento para a RDSTP, seja com ou sem a exploração de recursos petrolíferos. Os microestados estão contidos em todas as faixas de renda e em todos os níveis de desenvolvimento em função das opções políticas.

Em termos de desenvolvimento do sector agrícola e rural, os principais constrangimentos são os seguintes:

A maior lacuna do setor é a falta de informações que permitam o acompanhamento dos programas e a elaboração de indicadores seguimento - avaliação dos progressos realizados. Desde 1990 nenhum inventário da agricultura foi feito embora a reforma agrária foi realizada de 1993 a 1998, comprometendo a estrutura do setor e a composição dos atores. Não foi possível avaliar o impacto da primeira estratégia nacional de redução da pobreza, ENRPI 2002-2005.

- ❖ A segunda dificuldade é a falta de qualificações dos recursos humanos e a fraqueza das instituições responsáveis pela planificação, elaboração, implementação e monitorização avaliação das estratégias e dos programas de desenvolvimento agrícola e rural. Com efeito, apesar da criação de serviços descentralizados nos distritos do país, a fraqueza dos serviços de apoio aos produtores e pescadores em nada concorre para o aumento da produtividade e das produções susceptíveis de engendrar crescimento dos rendimentos através do processamento e os mercados. A pobreza é primeiramente um fenómeno rural, 66% e, abaixo da linha da pobreza e os moradores rurais representam entre 38% da população, com 28% dos postos de trabalho.
- ❖ O terceiro maior constrangimento é a degradação das infra-estruturas de comunicação e de transporte e de irrigação. O difícil acesso aos mercados, a degradação dos rendimentos dos produtores como consequência do défice de comercialização, a perda de competitividade em comparação com os produtos alimentares importados, conduzem muitas vezes ao abandono da terra para uma migração para as cidades, já é observável na sociedade de São Tomense.

O principal desafio é, num contexto marcado por fortes constrangimentos passados com vista a construir uma economia agrícola próspera para combater a pobreza, a fome e a insegurança alimentar e nutricional e de fornecer as matérias-primas necessárias para a agro-industrialização do país. Os desafios serão como através de políticas e estratégias adotadas construir muitos dos activos disponíveis para o país. Esses activos são definidos em termos de (a) a riqueza em recursos naturais preservados e bom potencial agrícola na insularidade; (b) a existência de pequenas e médias explorações agrícolas saídas da reforma agrária de 1993-1998; (c) as condições favoráveis (património genético situação zoonosológica,) para o desenvolvimento das criações de ciclo curto; (d) o potencial em pesca artesanal e industrial com uma ZEE que faz 160 vezes o território nacional; e a capitalização de experiências em matérias de mercados de nichos numa estratégia de parceria público-privada (PPP), de desenvolvimento pelo mercado e de surgimento de organizações profissionais.

O quadro do PDDAAe o presente programa nacional de investimento agrícola e de segurança alimentar e nutricional constituem uma resposta relevante para esta problemática.

Tratar-se-á para esse fim de realizar ações coordenadas no quadro reforço das capacidades das instituições dos sectores agrícola e rural para a prestação de serviços de qualidade na (i) pesquisa - desenvolvimento portadoras de inovações, (ii) o apoio conselho dum serviço de extensão e de formação, (iii) o acesso aos financiamentos, (iv) o acesso às tecnologias de processamento dos produtos primários, (v) a estruturação e o funcionamento das organizações profissionais do sector (vi) o acesso aos mercados locais, regionais e internacionais e a comercialização dos produtos.

III CAMPO COBERTO PELO PNIASAN E CRESCIMENTO AGRÍCOLA

3.1 Campo coberto pelo PNIASAN

Tendo em conta os compromissos assumidos no pacto, o Plano Nacional de Investimento Agrícola e de Segurança Alimentar e Nutricional (PNIASAN) será para o período 2014-2020, o quadro único das intervenções no sector agrícola. Ele tomará assim em conta todas as ações a serem realizadas nos sub sectores da agricultura, pecuária, pesca, aquacultura e em áreas transversais, tais como a criação e a difusão das inovações, acesso à terra e ao financiamento, o desenvolvimento das capacidades institucionais bem como o meio ambiente e os aspectos sociais, particularmente o de género.

O PNIASAN será o quadro de referência das ações para o crescimento agrícola e a segurança alimentar. Neste sentido, ele terá a

- (i) Responder às necessidades do país em matéria de política de investimento para realizar o compromisso de Maputo através da alocação pelo menos 10% das despesas públicas no sector agrícola;
- (ii) Facilitar a planificação a longo prazo da ajuda ao desenvolvimento para apoiar os esforços do país;
- (iii) Desenvolver as Parcerias Público Privada (PPP) bem como alianças de negócios para e aumentar apoiar os investimentos necessários no sector agrícola.

Os estudos do sector e a modelagem da economia e particularmente do sector agrícola realizados pelo International Food Policy Research Institute (IFPRI) clarificarão as opções e escolhas estratégicas para um crescimento sustentado e a redução de pobreza.

3.2. tendências para o crescimento e a redução da pobreza

Durante o período de 2005-2011, a economia de São Tomé e Príncipe tem experimentado uma ligeira melhoria em relação aos períodos anteriores, com uma taxa de crescimento anual do PIB nacional de 5,6 % em média. No entanto, este período foi marcado por fortes variações das taxas de crescimento que oscilou entre 1,6% e 12,3%. Durante o mesmo período, a taxa de crescimento anual do PIB agrícola situou-se na ordem de 3,2% em média com as variações compreendidas entre 1,3% e 8,6%. A contribuição do sector agrícola para o PIB foi em média de 18% durante este período. Se as tendências atuais se mantivessem até 2020, a dinâmica da economia nacional e do sector agrícola se resumiria da seguinte forma:

- a taxa de crescimento anual média do PIB situar-se-ia na ordem de 5,8% para o conjunto da economia e uma taxa de crescimento per capita de 3,8%.
- a criação de riqueza no sector agrícola aumentaria à uma taxa anual de 3,5%, em média, com uma produtividade relativamente estável em comparação ao ano 2011.
- a taxa de crescimento anual média situar-se-ia na ordem de 1,7% para o subsector da agricultura alimentar; 6,9% para o subsector da agricultura de exploração; 2,4% para o subsector de pecuária e caça; 3,9% para o subsector da silvicultura e de exploração florestal, e 0,7% para o subsector de pesca.
- o sector não-agrícola também evoluiria à taxa de 6,2%.

Apesar desses desempenhos importantes, a taxa de crescimento do sector agrícola seria de 3,5%, que é inferior a meta de 6% do CAADP.

Considerando o valor médio da elasticidade da taxa de pobreza em relação a taxa de crescimento económico estimado para o conjunto dos países da África Central (-1,176), a projeção das tendências actuais reduziria a pobreza tanto nas zonas rurais como nas zonas urbanas. Parece que a proporção do número de indivíduos vivendo abaixo do limiar da pobreza com 1,25 dólares dos Estados Unidos por dia diminuiria de 30,3% entre 2001 e 2020. Apesar desses resultados encorajadores, o objetivo de redução da pobreza para metade entre 2001 e 2020 não seria alcançada. Até 2020, a incidência da pobreza situar-se-ia na ordem de 19,6% a nível nacional, ou seja, 33,4% no meio rural e 13,2% no meio urbano.

Os resultados em termos de crescimento agrícola e de redução da pobreza apresentados acima indicam que a continuidade da dinâmica recente da economia não poderá permitir a realização dos objectivos do PDDAA. Por conseguinte, é necessário um esforço adicional para reduzir a incidência da pobreza em São Tomé e Príncipe.

3.3. Crescimento agrícola e redução da pobreza

Os objectivos definidos no sector agrícola pelo Governo de São Tomé e Príncipe estão plasmados no Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). O PNSAN visa contribuir de forma sustentável para combater a insegurança alimentar e nutricional e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Para este efeito, está previsto, durante a primeira fase do programa (PNSAN 2015) o relançamento da produção alimentar em todas as áreas com fortes potencialidades desenvolvendo ao mesmo tempo ações para melhorar comercialização, acesso aos mercados e do estado nutricional e sanitário das populações em geral e grupos vulneráveis, em particular. Em sua segunda fase (PNSAN 2020), o programa incidirá sobre o acompanhamento e enquadramento dos produtores, a melhoria do acesso aos mercados e o fortalecimento dos sectores, o crescimento do valor adicionado através das medidas de acompanhamento dos produtores na transformação de produtos alimentares.

A estratégia nacional de desenvolvimento agrícola (PNSAN), que não afeta as produções agrícolas destinadas a exportação, contribuiria a reduzir a incidência da pobreza de 42,8% para uma taxa de crescimento anual média de 6,6%.

A realização do objectivo de crescimento de 6% do PIB agrícola com a efetiva implementação da agenda PDDAA teria uma fraca contribuição para o crescimento económico a nível nacional. Em contrapartida, a sua contribuição para a redução da pobreza rural e nacional seria importante com uma redução respectiva de 40,4% para 25,9% do número de pessoas vivendo abaixo do limiar da pobreza entre 2001 e 2020.

Assim, embora que a realização dum crescimento agrícola de 6% em média anual iria resultar numa melhoria, particularmentenuma redução significativa da pobreza, ela não permitiria de atingir o objectivo de redução da pobreza, tal como apresentado no Desenvolvimento do Milênio.

A redução para metade da taxa de pobreza requer um crescimento da economia nacional a uma taxa anual média de 6,5% e as dos setores agrícola e não agrícola respectivamente de 9,7% e 6,5%. O crescimento do sector agrícola seria impulsionado principalmente pelo subsector da agricultura de exportação.

Em conclusão, pode-se dizer que a agricultura, em sentido lato, continua sendo a principal fonte de crescimento e de redução da pobreza no meio rural. No entanto, a sua dinâmica teria que ser associada a aquela do setor não-agrícola para reduzir a pobreza a nível geral. (ver os gráficos da página seguinte)

23.4 Escolhaduma opção estratégica para o PNIASAN

Tendo em conta os desempenhos recentes da economia nacional e a vontade política manifestada pelas autoridades, a opção estratégica escolhida no PNIASAN é a realização do objectivo de PDDAA, que é alcançar um crescimento médio anual de pelo menos 6% no sector agrícola. Essaescolha deveria induzir um crescimento sustentado de 6,1% da economia. Ela permitiria uma redução significativa da pobreza em2020, sem no entanto atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milênio.

Gráfico 1:Taxa de crescimento médio anual entre 2011 e 2020 (%)

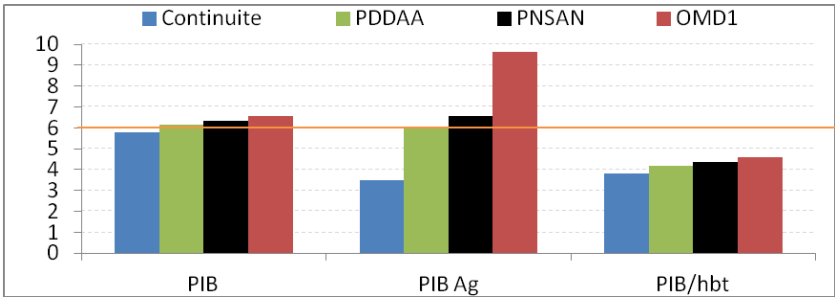


Grafico 2: Redução da pobreza entre 2001 e 2020 (%)

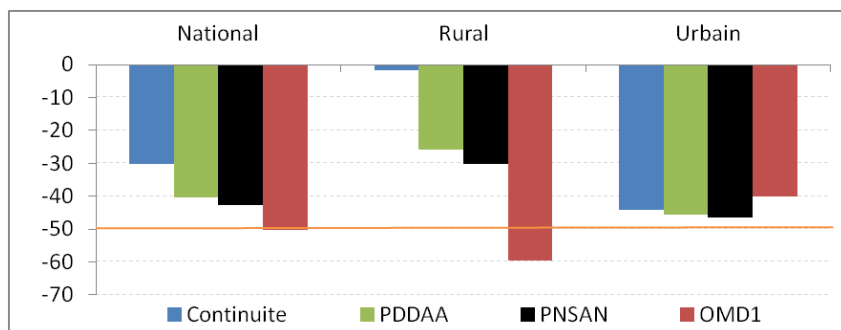
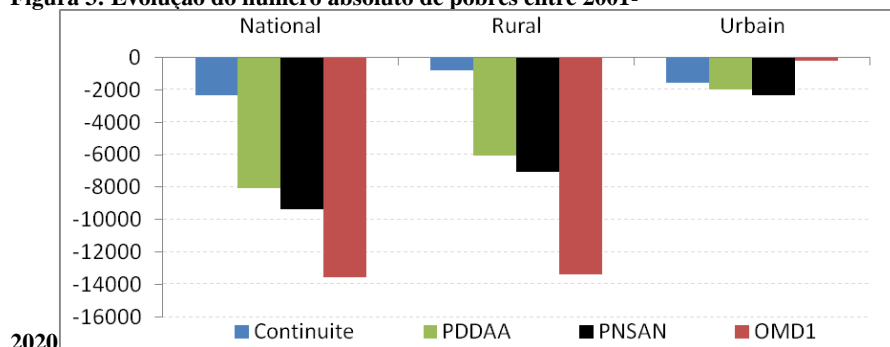


Figura 3: Evolução do número absoluto de pobres entre 2001-



2020
Fonte brochuras IFPRI

IV JUSTIFICAÇÃO E OBJECTIVOS DO PNIASAN

4.1. Justificação

As análises económicas sobre o desenvolvimento dos países provam que o crescimento do sector agrícola favorece mais que qualquer outro sector a criação de empregos, fornece mais alimentos e materiais primas a preços mais baixos para as indústrias nacionais.

Pelo aumento da produtividade da mão de obra e a criação de empregos nomeio rural, o sector agrícola cria um mercado local crescente para as indústrias locais. O contributo positivo do comércio agrícola para rendimento extra-sector indica que aumentar 1 dólar americano ao rendimento do comércio agrícola poderia aumentar o rendimento total de 2 ou 3 dólares americanos. Em contrapartida, o mau desempenho do sector agrícola é em grande parte responsável pelos progressos limitados das políticas e programas de redução da pobreza e de luta contra a fome.

A reforma agrária de 1993-1998 consistiu numa redistribuição das terras à aproximadamente 8.000 (oito mil) pequenos agricultores familiares, recebendo em média de 2,5 ha e a criação de 150 fazendas

de médio porte (10-250 ha). os beneficiários das terras da categoria dos pequenos agricultores estavam desprovidos de experiência técnica e da gestão de uma fazenda. Os serviços de apoio à produção, serviços públicos de extensão agrícola e de pesquisa/desenvolvimento gestão eram praticamente inexistentes. Nestas condições, a passagem de uma agricultura vinda do nada e desprovida de referências técnicas para uma moderna com uma alta produtividade é um desafio.

O balanço dos programas de assistência ao sector agrícola desde 1995 até à data não reflete um aumento da produtividade geral e produções que poderiam gerar receitas que pudessem resultar na melhoria das condições de vida da população rural. A evolução da pobreza nas zonas rurais mostra um agravamento de 1992 a 2001 a nível de todo o país de 48% das pessoas que vivem abaixo do linear da pobreza em 1992, para 54% em 2001 (inquérito INE2001). Nas zonas rurais, são 66% das pessoas que são pobres. Índices recentes sobre as migrações das zonas rurais para as cidades demonstram uma situação que está se deteriorando.

O Governo exprime a sua vontade para inverter a tendência com a elaboração e adopção em 2012, do Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) para um horizonte de 10 anos isto é até 2023. O governo recomenda que as prioridades de investimento do PNSAN sejam retomadas no PDDAA-PNIASAN. Para este efeito, os horizontes de planificação e as prioridades de investimento do PNSAN e o PNIASAN são coerentes. A abordagem PDDAA, através de um diálogo inclusivo das partes integradas, é certamente uma garantia de maior eficácia na consecução dos resultados.

4.2. Objectivos e prioridades

O Programa nacional de investimento de segurança alimentar e nutricional (PNIASAN) é o quadro coerente de planificação de investimentos prioritários no horizonte 2014-2018 nesta fase inicial. As fases subsequentes serão inseridas no Programa nacional de segurança alimentar e nutricional PNSAN (2012-2023) ou em qualquer outro documento de política ou de estratégias adoptadas no futuro.

Os objectivos estratégicos do PNIASAN são:

- ❖ promover a produtividade, o aumento das produções agro-pastorais e sua diversificação para as necessidades de consumo alimentar interno, bem como os imperativos da exportação de produtos agrícolas
- ❖ criar melhores condições para as actividades de pesca, numa perspectiva de gestão sustentável dos recursos haliêuticos
- ❖ desenvolver acções que contribuam para um ambiente saudável e uma utilização racional dos recursos florestais, hídricos e inertes
- ❖ contribuir, através de melhor acesso aos mercados e aos financiamentos, ao crescimento agrícola, à segurança alimentar e nutricional e à redução da pobreza.
- ❖ melhorar a situação nutricional dos diferentes grupos alvos (crianças, mulheres grávidas, adultos); e reduzir a taxa de prevalência das deficiências e doenças de origem alimentar e promover políticas nutricionais.

Assegurar a sensibilização, formação e a capacitação dos atores do desenvolvimento agrícola, responsáveis pela formulação de políticas, da pesquisa /desenvolvimento, da produção, da transformação e da comercialização de produtos agro pastorais e da pesca.

Para os objectivos globais e estratégicos, a aliança de compromisso assinado pelo Governo e seus parceiros seleccionou sete (6) eixos prioritários:

- Intensificação sustentável e diversificação da produção agro-pastoral
- Desenvolvimento da pesca
- Gestão sustentável dos recursos naturais
- Acesso a mercados e financiamentos
- Melhoria do estado nutricional das populações e a gestão de vulnerabilidades
- Reforço das capacidades institucionais

4.3. Abordagem estratégica

O PNIASAN, na sua implementação inspira-sedos valores do PDDAA:

- ❖ Diálogo inclusivo com todas as partes integradas: Serviços públicosde orientação e de apoio ao sector agrícola, organizações profissionais agrícolas, operadores dos mercados agrícolas, importadores e distribuidores de insumos agrícolas e da pesca.).
- ❖ Rápidos ganhos em produtividade agrícola graças aos melhores serviços públicos de apoio à produção agrícola, à transformação e comercialização de produtos agrícolas e pactos com organizações profissionais agrícolas e outras partes interessadas.
- ❖ Um compromisso numa estratégia de desenvolvimento pelo mercado para uma conquista do mercado compartilha a nível regional e internacional pela profissionalização das cooperativas de agricultores autónomos financeiramente e que gerar e distribuem dividendos.
- ❖ As alianças da parceria nos mercados de nichos, parceria público-privada (PPP), com profissionais da agro-indústria em cadeias de valor
- ❖ Reforço das capacidades institucionais em matéria de coordenação, de planificação e de administração do desenvolvimento

V DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS DO PNIASAN

O Plano nacional de investimento agrícola e de segurança alimentar e nutricional é o quadro estratégico de referência para os investimentos no sector agrícola para o período 2014-2018. Ele toma em consideração durante este período, as necessidades decorrentes de escolhas através de programação, os recursos já alocados no contexto dos programas em curso e o défice resultante. Esse défice será coberto por uma contribuição nacional através dos orçamentos de investimento, os recursos fornecidos pelos parceiros nacionais principalmente os beneficiários, as organizações profissionais agrícolas e interprofissionais, o sector privado e parceiros técnicos e financeiros internacionais.

O PNIASAN está estruturado em por 6 (seis) programas prioritários declinando-se em 24 (vinte e quatro) subprogramas, que são áreas prioritárias de investimentos.

Quadro 10: Programas, subprogramas e acções do PNIASAN

Programas	Subprogramas	Componentes ou ações
Programa 1 : <i>Intensificação Sustentável e Diversificação da Produção Agrícola e da Pecuária</i>	Subprograma 1: Melhoriada produção e produtividade das culturas	1.1.1 Implementação dum sistema de multiplicação e de difusões de sementes e plantas saudáveis e adaptadas às condições climáticas do país 1.1.2 Implementação de um sistema de abastecimento e de distribuição de outros insumos, material e equipamentos agrícolas 1.1.3 Relançamento do sistema de apoio e conselho dos agricultores
	Subprograma 2: <i>Promoção de criações de ciclo curto</i>	1.2.1 Apoio à avicultura nas comunidades rurais 1.2.2 Reforço de apoios às criações de ciclo curto e não-convencionais 1.2.3 Implementação dum sistema de abastecimento e distribuição de insumos, material e equipamentos de criação
	Subprograma 3 <i>Pequenas infra-estruturas de apoio à transformação gestão da água e sistemas de irrigação</i>	1.3.1 Apoio ao processamento para a valorização dos produtos de consumo de consumo e de exportação 1.3.2. Reforço das capacidades técnicas e tecnológicas dos actores dos sectores da indústria agro-alimentar e a exportação de produtos agrícolas. 1.3.3. Criação dum centro nacional de tecnologia alimentar 1.3.4 Reabilitação das infra-estruturas e aproveitamento de perímetros irrigados 1.3.5 Reforço das infra-estruturas e dos serviços de abastecimento de água potável para as populações rurais.
Programa 2: <i>Desenvolvimento Sustentável da Pesca</i>	Subprograma 1: <i>Avaliação do potencial dos recursos da Zona Económica Exclusiva (ZEE), Gestão e Conservação dos recursos da pesca</i>	2.1.1. Realização de uma avaliação dos recursos haliêuticos da ZEE 2.1.2. Revisão das normas de conservação e proteção dos recursos haliêuticos 2.1.3 Elaboração e implementação duma política de gestão dos recursos haliêuticos
	Subprograma 2: <i>Capacitação das capacidades de capturas da pesca artesanal</i>	2.2.1. Reforço das oficinas de construção local de barcos 2.2.2. Melhoria da produtividade da pesca artesanal.
	Subprograma 3: <i>Melhoria do desenvolvimento dos mercados dos produtos da pesca</i>	2.3.1. Melhoria dos processos de conservação, distribuição do peixe, 2.3.2. Reforço das capacidades das Palayes na transformação dos produtos pesqueiros

Programas	Subprogramas	Componentes ou ações
		2.3.3 Apoio a conservação e a melhoria da qualidade sanitária dos produtos da pesca. 2.3.4 Desenvolvimento de portos e docas de pesca.
	Subprograma 4 <i>Apoio ao reforço das capacidades produtivas dos armadores nacionais</i>	2.4.1 Elaboração duma política e duma estratégia para a promoção dos armadores nacionais no sector da pesca semi industrial. 2.4.2 Apoio à criação de infra-estruturas e equipamentos adequados para a pesca semi-industrial 2.4.3 Adaptação do quadro legal e jurídico da pesca semi-industrial
	Subprograma 5 <i>Reforço das capacidades técnicas e de gestão dos serviços das pescas</i>	2.5.1. Melhoria das capacidades técnicas dos recursos humanos dos serviços de pesca.
Programa 3: <i>Gestão sustentável dos recursos naturais</i>	Subprograma 1: <i>Implementação dos instrumentos de gestão sustentável dos recursos naturais.</i>	3.1.1. Realização de inventário florestal e do plano de e gestão atualizado da água 3.1.2 realização do atlas dos recursos naturais (terra, habitats, florestas, bacias hidrográficas, marítimo) 3.1.3. Elaboração do mapa geo-pedológico e dos riscos de erosão 3.1.4. Elaboração plano de gestão dos recursos naturais
	Subprograma 2: <i>Melhoria do nível de informação sobre o sistema de posse de terra</i>	3.2.1. Atualização do cadastro nacional de e atualização de informações cadastrais a favor dos pequenos agricultores 3.2.2 Elaboração e implementação da lei de posse de terras
	Subprograma 3: <i>Gestão de florestas secundárias e combate ao desmatamento.</i>	3.3.2 Elaboração e aprovação dum plano de gestão das florestas secundárias 3.3.2 Implementação de um programa piloto de desenvolvimento e de gestão participativos das florestas secundárias 3.3.3 Apoio à exploração sustentável dos recursos florestais não-madeireiros 3.3.4. Apoio à promoção de novas fontes de energia e da utilização de fogões melhorados.
Programa 4 Acesso aos Mercados e aos	Subprograma 1 <i>Melhoria de acesso aos mercados dos produtos agrícolas</i>	4.1.1 Abertura das principais áreas de produção, pela reabilitação e construção de estradas de acesso aos mercados rurais 4.1.2 Reabilitação e construção de infra-

Programas	Subprogramas	Componentes ou ações
Financiamentos		<p>estruturas de comercialização de produtos agrícolas.</p> <p>4.1.3 a Identificação e exploração de novas oportunidades em termos de mercado interno, mercado regional e internacional</p> <p>4.1.4 Apoio aos promotores e produtores na formação e equipamentos para processamento de produtos agrícolas.</p> <p>4.1.5 Criação dum sistema de informação sobre os mercados e preços dos produtos agrícolas e da pesca</p>
	Subprograma 2 <i>Apoio ao crédito agrícola e micro-finanças</i>	<p>4.2.1. Definição e implementação dum sistema de financiamento do sector rural, incluindo micro-finanças</p> <p>4.2.2 Implementação e apoio ao funcionamento de um fundo de apoio para às atividades agrícolas.</p> <p>4.2.3 Facilitação e garantia de acesso das Pequenas e Médias Empresas (PME) nacionais aos recursos financeiros.</p>
Programa 5 <i>Melhoria do Estado Nutricional das Populações e Gestão Das Vulnerabilidades</i>	Subprograma 1 <i>Melhoria do Estado Nutricional das populações</i>	<p>5.1.1 Criação dum sistema integrado de dados sanitários e agrícolas para acompanhar e avaliar o estado nutricional da população</p> <p>5.1.2 Implementação dum sistema funcional de alerta sobre o estado nutricional da população.</p> <p>5.1.3 apoio à prática de jardinagem escolares estabelecimentos de ensino desde a primária</p>
	Subprograma 2 <i>Prevenção e gestão dos riscos e crises agrícolas e alimentares</i>	<p>5.2.1 Elaboração e implementação de um plano de contingência para a gestão dos riscos das crises agrícolas e alimentares</p> <p>5.2.2 Criação de redes sociais de gestão de crises agrícolas e alimentares</p> <p>5.2.3 Melhoria da nutrição dos jovens através de cantinas escolares abastecidas com produtos locais</p>
Programa 6 <i>Reforço das capacidades institucionais</i>	Subprograma 1 <i>Reforço das capacidades das estruturas de pesquisa e extensão</i>	<p>6.1.1 Reforço das capacidades do centro de pesquisa e centros tecnológicos e suas ligações com a extensão.</p> <p>6.1.2. reforço das capacidades das delegações, dos projetos e das ONGs no apoio Conselho aos produtores e às suas organizações.</p>

Programas	Subprogramas	Componentes ou ações
	Subprograma 2 <i>A capacitação das organizações profissionais no mundo rural (ONGs e associações Profissionais)</i>	6.2.1 Reforço das capacidades de ' estruturação e gestão das organizações rurais. 6.2.2 Prestação de assistência técnica aos produtores e transformadores de produtos agrícolas.
	Subprograma 3 <i>Reforço do quadro jurídico e regulamentar do sector agro-alimentar</i>	6.3.1 Elaboração e implementação de um quadro jurídico institucional da indústria alimentar, em conformidade com as normas internacionais. 6.3.2. Implementação dum programa de formação de quadros em preparação de textos jurídicos e regulamentares.
	Subprograma 4 <i>Reforço das capacidades de análise, acompanhamento e coordenação do sector agrícola</i>	6.4.1 Implmentação dum sistema de recolha e tratamento de dados e divulgação de informações sobre o sector agrícola e rural 6.4.2 Reforço das capacidades de seguimento e avaliação das políticas e programas do sector agrícola e rural 6.4.3 Implementação dum recenseamento geral da Agricultura (agricultura, pecuária, pesca e florestas).
Programmes	Sous-programmes	Componentes ou actions
	Subprograma 5 <i>Reforço das capacidades de gestão administrativa e financeira do MADRP</i>	6.5.1. Melhoria da gestão administrativa e financeira do sector, pelo apoio à aplicação do sistema de administração financeira do Estado (SAFE) e dos procedimentos das aquisições públicas do estado. 6.5.2. Implementação dum sistema de gestão eficaz dos recursos humanos do setor público.

5.1. PROGRAMA I : Intensificação sustentável e diversificação da produção agrícola e pecuária

O sector agro pastoral e da pesca ocupa cerca de 60% da população ativa do país, contribui para 20% do PIB e a pobreza está concentrada no meio rural, tanto mais que 54% da população vive abaixo do limiar da pobreza. A produção agro-pastoral baseia-se nos pequenos agricultores familiares que recorrem a técnicas de muito baixa produtividade. Na ausência de projetos, eles têm apoio limitado da parte das estruturas públicas de apoio, principalmente as delegações. Além do mais, as infra-estruturas e equipamentos de processamento muitas vezes serem escassos, os sistemas de irrigação colocados durante o período colonial tornaram-se obsoletos e ineficazes.

O objetivo geral do programa é de "promover a produtividade, aumento das produções agro pastorais e sua diversificação para as necessidades de consumo alimentar interno, bem como os imperativos da exportação de produtos agrícolas>>.

Em termos de produções vegetais os objetivos específicos são: (i) um aumento de 30% dos volumes de produção das culturas não-tradicionais de consumo alimentar interno e de 40% das culturas tradicionais; (ii) um aumento de 40% a produtividade das culturas de consumo alimentar interno (iii)

um aumento de 40% de volumes dos produtos agrícolas exportados e de 30% de sua produtividade (iv) a redução de 50% da dependência alimentar.

Em matéria de pecuária, os objetivos específicos são: (a) aumento nos volumes de produções animais a 30% (b) a criação dum centro de pesquisa dedicado a criação de gado (c) o desenvolvimento das práticas do processamento e conservação das produções animais.

As ações incidirão sobre (i) a melhoria da produtividade e da produção de culturas através principalmente da produção e disseminação de sementes e plantas de qualidade, o fornecimento de material, ferramentas e insumos, o reforço da pesquisa e divulgação; (ii) a promoção da criação de espécies de ciclo curto (aves de capoeira, porco, ovelhas e cabras e coelhos), nas comunidades de vila e nas pequenas e médias empresas; (iii) a criação de pequenas infra-estruturas de apoio à transformação à gestão e dos sistemas de água e irrigação.

5.1.1. Subprograma 1: Melhoria da produção e da produtividade das culturas

As culturas alimentares visadas são principalmente, a banana, taro, batata doce, mandioca, produtos hortícolas e as culturas de exportação, café, cacau, especiarias. Isso é para garantir a disponibilidade nas condições e tempo adequados e a preço acessível ao maior número. insumos agrícolas para essas produções vegetais: sementes e material vegetal adaptados às condições agro-climáticas, adubos e fertilizantes, material e ferramentas agrícolas. O objetivo do subprograma é de apoiar a disponibilidade no mercado nacional de factores de produção tais como insumos agrícolas de pecuária, material e ferramentas agrícolas, equipamentos. Ele apoiará a produção e a distribuição de sementes e plantas melhoradas, a importação de outros insumos, materiais e ferramentas que são produzidas localmente no âmbito de uma parceria público-privada

Os resultados esperados:

- ❖ sistemas de abastecimento em insumos, materiais e ferramentas agrícolas regulares e bem organizadas
- ❖ áreas das culturas de exportação em exploração estão em crescimento
- ❖ as produtividades aumentadas.

5.1.2. Subprograma 2: Promoção criação de gados de ciclo curto

Trata-se aqui de promover a pequena pecuária familiar (cabras, camelos, porcos, coelhos e aves de capoeira) através do apoio técnico (conduta das fazendas, habitação, alimentação e saúde) e materiais, incluindo a ajuda para a construção de abrigos de animais adequados. Para este fim, os serviços de produção e de saúde animal serão reforçados

Os resultados esperados são:

- (i) Une uma maior disponibilidade de insumos, (alimentos dos gados, vacinas e produtos veterinários), materiais e ferramentas para criação de gados e um acesso facilitado aos materiais de construção de estábulos e celeiros galinheiros e coelheiros.
- (ii) Uma melhoria e aumento de produções avícolas, caprinas, ovinas, suínas e de coelho nas comunidades rurais
- (iii) O aumento da disponibilidade de carne e proteína animal,
- (iv) A redução das importações de produtos de carne.

5.1.3. Subprograma 3: Pequena infra-estruturas de apoio ao processamento, gestão da água e dos sistemas de irrigação

A subprograma visa por um lado, reabilitação e a operacionalização dos sistemas de irrigação e o abastecimento em água potável às comunidades agrícolas rurais num contexto atual caracterizado pela privatização dos sistemas de distribuição de água potável e, em segundo lugar, processamento artesanal e agro industrial das produções agro-pastorais para permitir a geração de mais-valias que possam contribuir para a melhoria do rendimento dos rurais, a redução da pobreza e o fortalecimento da segurança alimentar.

Os resultados esperados são: (i) a disponibilidade em água é aumentada para atender as necessidades do consumo humano, dos animais e para a irrigação (ii) os produtos de consumo alimentares bem como os produtos de exportação passam por uma transformação que os valorizem mais (iii) criação dum centro nacional de tecnologia alimentar.

5.2. PROGRAMA II : Desenvolvimento sustentável da pesca

A pesca é uma importante fonte de rendimento para as populações costeiras e fornece 80% das proteínas animais da alimentação dos portugueses, um contributo fundamental para a segurança alimentar. O nível de consumo de peixe é estimado em 28kg / per capita/ano, em comparação a carne com 4 kg / per capita/ano.

A zona económica exclusiva (ZEE) marítima é de 160 000 km² ou seja 160 vezes o território nacional; O desenvolvimento do sector das pescas reveste por conseguinte um carácter estratégico e é uma mais-valia para o desenvolvimento económico de STP.

O objetivo geral deste programa é de "promover melhores condições para o exercício das actividades de pesca, numa perspectiva de gestão sustentável dos recursos haliêuticos. Os subprogramas ilustram os resultados esperados, em especial, o conhecimento dos níveis de recursos haliêuticos, a disponibilidade e a implementação de um plano de gestão sustentável dos recursos, a organização dos atores da pesca, o reforço das infra-estrutura de pesca, a difusão das inovações sobre as técnicas de pesca.

5.2.1. Subprograma 1 : Avaliação do potencial de recursos da zona de económica exclusiva (ZEE), a gestão e a conservação dos recursos da pesca.

Um melhor conhecimento dos recursos haliêuticos da ZEE é indispensável para se definir e implementar um modo de exploração sustentável destes, para inverter o processo de degradação, e estabelecer modalidades para a conservação das espécies pelágicas e semi-pelágicas e demersais.

Espera-se os seguintes resultados: (i) o potencial de exploração dos recursos da pesca é determinado (ii) um plano de gestão de recursos haliêuticos é elaborado, aprovado e implementado; (iii) as normas de referência para a exploração dos recursos da pesca foram revistas e adaptadas (período de desfecho, abertura, proibição, malha...); (iv) uma estratégia de conservação e de proteção dos recursos da ZEE elaboradas, aprovadas e implementadas.

5.2.2. Subprograma 2 : Reforço das capacidades de capturas da pesca artesanal

Visa um aumento da produtividade dos pescadores artesanais graças aos equipamentos em barcos mais eficientes que permitirão alcançar áreas mais distantes da costa e com toda segurança. Por um

lado um reforço das oficinas locais dos barcos através de incentivos constituiria um doseixos chefe do subprograma através de conhecimentos sobre os materiais apropriados e a peritagem induzida. Espera-se então: (i) as condições de trabalho e da segurança dos pescadores melhoradas e (ii) volumes de captura aumentados.

5.2.3. Subprograma 3 : Melhoria da introdução dos produtos de peixe nos mercados

Esse subprograma visa, por um lado, as infra-estruturas de processamento dos produtos da pesca nos 13 (treze) principais portos de pesca (entrepostos frigoríficos, armazenamento...) e por outro lado as preparações e equipamentos e dos cais, desembarcadouros e outras instalações de estacionamento de barcos e.

Espera-se (i) a construção de pelo menos 8 (oito) câmaras frias e unidades para a produção de gelo sob uma gestão privada, (ii) a construção de pelo menos 13 (treze) pontos de desembarque das capturas para permitir uma baixade taxa de perda pós captura.

A distribuição, os produtos da pesca requer técnicas eficientes de processamento e conservação (secagem, fumagem, enlatamento) seejam introduzida nos métodos e práticas dos atores do setor para reduzir as perdas pós-captura no processamento de pescadono processo após a pesca e e no processo de transformação. .:

Espera-se (i) uma melhoria de processos da conservação, distribuição de poisson, (ii) aumento dos rendimentos das famílias dos pescadores

5.2.4 Subprograma 4 : Apoioao reforço das capacidades produtivas dos armadores nacionais

As capturas da pesca artesanal cobrem principalmente as necessidades de consumo interno. A pesca semi industrial e industrial é o fato de armadores estrangeiros que operam atravésde licenças ou acordos de pesca. As capturas são exportadas sem serem desembarcadas no país e os dados relativos à elas não são conhecidos. Também com o intuito de promover a pesca semi-industrial entre armadores nacionais o subprograma prevê incentivos para a aquisição de equipamentos adaptados a este tipo de pescas;

Um aumento do volume das capturas da pesca semi-industrial seria adicionado a aquele da pesca artesanal e contribuiria por um lado, para garantir abastecimentosno país e, por outro lado, para promover a exportação de produtos do pescado...

5.2.5 Subprograma 5 : Reforço da capacidade técnica e gestão das pescas

Presume-se que os atores de pesca semi industrial estrariam fazendo uso de técnicas de pesca proibidas internacionalmente. as consequências de tais práticas ilegais são prejudiciais para os recursos da ZEE de STP. Também, tendo em conta as limitações dos serviços técnicos em termos de

controle da pesca, está previsto um reforço sobre a fiscalização dessa atividade e sanções sobre as pescas ilegais.

Espera-se que os serviços do Estado verifiquem (i) suas capacidades técnicas e gestão reforçadas especialmente sobre a fiscalização do sector das pescas; (ii) seu conhecimento sobre o setor e os rendimentos dos produtores da pesca semi-industrial reforçados em estrita conformidade com os regulamentos.

5.3. PROGRAMA III : Gestão sustentável dos recursos naturais

Os recursos naturais de STP estão diversificados através da multiplicidade de ecossistemas, a variabilidade das condições climáticas de acordo com os ventos dominantes, o terreno, regimes das chuvas, os solos de origem vulcânica com alto potencial agrícola. A insularidade, a fraqueza do povoamento, promoveram sem dúvida, o fato de que esses recursos foram preservados até hoje em comparação com outros países. No entanto, crescimento da população a uma taxa anual de 2,5% vai resultar em pressão sobre os recursos florestais por várias razões: fonte de energia doméstica, madeira para móveis, materiais de construção...etc. É necessária a adopção de medidas para uma gestão sustentável do ecossistema com sinais já perceptíveis como cortes abusivos de madeira para o carvão ou para construções, a exploração das florestas costeiras para energia da madeira, extração de areia das zonas costeiras para construções. Os efeitos previsíveis das mudanças climáticas, especificamente o aumento do nível do mar terão um impacto na zona costeira sobre a qual se concentram as infraestruturas do país.

O objetivo deste programa é promover ações que levem a um ambiente saudável e um uso racional dos recursos da floresta, hídricos e inertes. Essas ações incidirão sobre:

- a implementação de mecanismos de gestão sustentável dos recursos naturais, mapeamento dos recursos, elaboração do plano de gestão
- um melhor conhecimento dos recursos da terra e a garantia de sua utilização
- proteção contra o desflorestamento e a exploração conservadora de florestas secundárias e medidas de acompanhamento relativa sobre apoiar as economias de energias e a promoção de novas fontes de energia.

Dessas ações, espera-se: (i) a atividade de silvicultura é melhorada e é objecto de difusão (ii) combate ao desflorestamento é reforçado; (iii) Os recursos florestais não-madeireiros são valorizados; (iv) o processo de reflorestamento do país é reforçado

5.3.1. Subprograma 1 : Implementação de mecanismos de gestão sustentável dos recursos naturais

O mapeamento e inventário serão os suportes para a definição da estratégia de gestão sustentável das florestas e dos recursos hídricos. Os resultados esperados são (a) inventário florestal e hídrico realizado, (b) um atlas dos recursos naturais (solos, habitats, florestas, bacias hídricas), (c) um plano de gestão dos recursos naturais elaborado, (d) os planos de gestão das grandes bacias hidrográficas são elaborados

5.3.2. Subprograma 2 : Melhoria do nível de informação sobre o sistema de posse de terra

A implementação da subprograma tem por objetivo a atualização de informações sobre o acesso à terra, a legislação, o cadastro e mapas com ela relacionados. Os produtos são (a) a atualização de

informações cadastrais para os pequenos produtores, (b) o cadastro nacional bem como a legislação são também atualizados.

5.3.3. Subprograma 3 : Gestão de florestas secundárias e luta contra o desflorestamento

O objetivo é a preservação de 30.000 ha de florestas secundárias, a fim de promover uma exploração racional de madeira comercial de grade valor. Um plano de gestão da floresta secundária será disponibilizado, tornando possível a criação de florestas comunitárias a níveis dos lotes distribuídos aos pequenos produtores bem como o reforço das capacidades técnica da direcção das florestas. A implementação da subprograma permitirá o desenvolvimento de ações que irão contribuir para a diminuição das pressões antrópicas exercidas sobre os recursos florestais e ao mesmo tempo a sua recuperação. Os resultados esperados são, (i) áreas de florestas secundárias sob conservação, (ii) o plano de gestão das florestas secundárias elaborado e adotado, (iii) a redução do abate ilegal de árvores de alto valor comercial e cortes abusivos, (iv) recursos florestais não-madeireiros valorizados.

Para reduzir os efeitos antrópicos, será promovidas novas fontes de energia que será uma parte integrante da estratégia de gestão sustentável dos recursos naturais. Os resultados esperados são: (i) a disponibilidade de novas fontes de energia não-poluentes, (ii) os fogões melhorados estão disponíveis e difundidos.

5.4. PROGRAMA IV : Acesso aos mercados e aos financiamentos

A estreiteza do mercado interno, o forte isolamento das áreas de produção limitam extremamente as possibilidades de comercialização de produtos agrícolas e da pesca, no interior do país, dentro da mesma ilha e de uma ilha para outra (São-Tomé - Príncipe). O acesso ao mercado regional dos países africanos da costa Atlântica confronta-se com a falta de acordos económicos com as cooperações económicas regionais do continente (CEMAC, CEEAC, SADC...). No plano sócio-económico, os pequenos produtores familiares nas áreas isoladas estão expostos a preços muito baixos, uma degradação dos seus rendimentos que produzem repercussões negativas na segurança alimentar e nutricional. O empobrecimento crescente das famílias da fazenda, está na base do abandono de terras e o êxodo para os centros urbanos.

Os créditos destinados à economia cujo sector agrícola beneficiou no período 2006-2010 não ultrapassou 1,51% dos concursos anuais. Quatro setores da economia concentraram quase 91% dos créditos à economia: (i) a Construção/Habitat (30,12%) (ii) Comércio (24,6), (iii) indústria (18,4%), (iv) consumo das famílias (17,7%). O sector agrícola recebeu uma média de 0,88% das dotações atribuídas anualmente ao longo daquele período. O acesso ao crédito clássico para os atores agrícolas é irrisório e não existem outros mecanismos de financiamento operacionais...

O sistema bancário clássico pratica taxas de juros muito altas que desencorajam as PME para à ele recorrerem. A microfinança que parece o mais adequada às condições dos pequenos produtores noutros países, carece, em STP de quadro jurídico para promover suas atividades.

O objetivo do programa é de contribuir, através dum melhor acesso aos mercados e aos financiamentos, para o crescimento da agricultura, segurança alimentar e nutricional e a redução da pobreza.

Espera-se que (a) os produtos agrícolas do país têm acesso aos mercados estáveis e lucrativos. (b) os atores, produtores agricultores, criadores de gados, pescadores, pequenas e médias explorações agrícolas têm acesso a créditos e financiamentos adaptadas às suas necessidades e condições.

5.4.1. subprograma: Melhorado acesso aos mercados dos produtos agrícolas

O subprograma visa um maior acesso aos mercados lucrativos de produtos agrícolas através de ações de redução de perdas pós-colheitas, processamento e outros tipos de operações que contribuam para conferir maior valor mercantil.

Os resultados esperados da implementação do subprograma são: (i) Operações de reabilitação e construção de estradas rurais para facilitar escoamento de produtos agrícolas para os mercados, (ii) infra-estruturas de comercialização dos produtos agrícolas são reabilitados ou construídos: mercados rurais, armazéns, câmaras de frios...etc (iii) novas oportunidades de mercado interno e externo, (regional e internacional) foram identificadas e exploradas (iv) informações sobre a segurança sanitária, normas de qualidade, técnicas e tecnologias de transformação foram dadas aos produtores e promotores do comércio de produtos agrícolas, (v) um sistema de informações sobre o mercado é implementado.

5.4.2. Subprograma 2: Apoio ao crédito agrícola e microfinanças

O subprograma visa a modernização dos sectores agrícolas e das pescas através de facilidades de acesso ao crédito e pela microfinanças. As ações deveriam contribuir para (a) a implementação dum sistema adequado de financiamento do sector rural, (b) a criação dum fundo de apoio às actividades agrícolas (garantia de empréstimo, bônus de juros e subvenção), (c) uma garantia de acesso aos meios financeiros para as pequenas e médias empresas nacionais.

5.5. PROGRAMA V: Melhoria do estado nutricional das populações e a gestão de vulnerabilidades

O inquérito demográfico e de Saúde (2008-2009) indica a nível das crianças de menos de cinco anos, (a) uma taxa de desnutrição aguda de 10% com 4% de forma severa, (b) que a desnutrição crónica afeta 13% das crianças com 3% de forma severa...

O estado nutricional das mulheres 15-49 anos caracteriza-se por 8% das mulheres com um peso abaixo do normal menor e 33% têm um peso excessivo das quais 12% são classificadas como obesas.

Em 2010 a pobreza afeta 54% da população e a incidência é maior nas zonas rurais.(66%) do que em zonas urbanas (45%).

O objetivo geral é a redução do duplo fardo da desnutrição e do nível dos riscos agrícolas e alimentares.

Ele é esperado pela implementação deste programa (i) um estado nutricional da população melhorada, (ii) um sistema operacional de prevenção e gestão de riscos e das crises agrícola e alimentares.

5.5.1 subprograma 1: melhoria do estado nutricional das populações

As ações integradas do subprograma são compostas por (i) para uma boa prática nutricional, a informação, a educação e a comunicação (IEC, (ii) uma sensibilização dos jovens a essas boas práticas nutricionais, (iii) um sistema de alerta prévio sobre o estado nutricional da população (iv) a introdução da prática da jardinagem desde a educação primária.

5.5.2 Subprograma 2: Prevenção e gestão de riscos e crises agrícolas alimentares

O objetivo é a redução da vulnerabilidade das populações aos riscos e às crises alimentares agrícolas. As ações são (a) elaborar e implementar um plano de contingência sobre a gestão dos riscos de crises agrícolas e alimentares; (b) criar redes sociais, (c) melhorar a alimentação dos jovens através de cantinas escolares abastecidas com produtos locais.

5.6 PROGRAMA VI: Reforço das capacidades institucionais

O programa que destina-se aos actores do mundo rural, públicos, privados, da sociedade civil que deverão desenvolver ações coordenadas de reforço das capacidades em todos os níveis (central, bairro, comunidade).

A finalidade sendo a consecução dos (OMD) objetivos de desenvolvimento do milênio de redução da pobreza, da desnutrição e boa saúde e meio ambiente sustentável, as estruturas tanto públicas como privadas e da sociedade civil deverão desenvolver competências adequadas para produzir bens e serviços que a comunidade nacional espera.

Ao Governo da RDSTP é compete propor, formular e implementar de forma participativa políticas, estratégias suscetíveis de modernizar o mundo rural com o concurso das organizações profissionais e da sociedade civil do sector agrícola.

O programa visa promover a sensibilização, formação e capacidades dos atores do desenvolvimento agrícola, responsáveis pela formulação de políticas, a pesquisa: desenvolvimento, produção, transformação e comercialização de bens e serviços.

Os resultados esperados são (i) a melhoria do ambiente económico e comercial de produtos agro-alimentares, (ii) reforço das capacidades de gestão das organizações envolvidas, (iii) o reforço das capacidades das instituições de apoio, públicas e privadas, (iv) a melhoria do quadro legal e regulamentar do sector agro-alimentar, (v) o reforço das estruturas de pesquisa agrícolas, de pecuárias e de pesca, bem como serviços de extensão.

5.6.1 subprograma 1: Reforço das capacidades das estruturas de pesquisa e de extensão

As capacidades reforçadas das estruturas de pesquisa e extensão permitirão de fornecer material vegetal e animal eficiente (sementes, plantas, espécies animais) aos produtores visando aumentar as produções, uma melhoria da produtividade e alcançar a diversificação dos tipos de produções.

Por outro lado, o reforço dos serviços descentralizados (distritos, comunidades) deverá ser visto como uma melhoria das condições de trabalho e um ganho de produtividade das estruturas que têm atualmente carentes de meios de trabalho.

Uma sensibilização torna-se necessária sobre os produtos sanitários e o uso dos pesticidas.

A implementação do subprograma trará os seguintes resultados: (i) relançada pesquisa e extensão (ii) reforço da ligação-pesquisa-extensão para colocar à disposição dos produtores inovações e a eficiente tomada em conta das dificuldades dos produtores; (iii) o aumento do nível de adoção de tecnologias melhoradas; (iv) uma melhor gestão dos produtos cuja utilização é perigosa.

5.6.2. Subprograma 2 : Reforço das capacidades das organizações profissionais do mundo rural (ONGs e associações Profissionais)

A intenção é de reforçar as capacidades das organizações profissionais do mundo rural nas áreas de (a) a estruturação das organizações fortes, que pratiquem uma boa governação (b) a gestão das actividades técnicas, administrativas e financeiras (c) assistência técnica e aconselhamento aos seus membros.

Os resultados esperados são (i) Reforçadas capacidades de funcionamento e gestão das organizações profissionais rurais (ii) a Prestação de assistência técnica aos produtores e processadores de produtos agrícolas.

5.6.3. Subprograma 3: Reforço do quadro jurídico e regulamentar do sector agro-alimentar

Trata-se de atualizar e reforçar a legislação nacional de produtos agro-alimentares e de adaptá-la aos padrões internacionais, de reforçar o quadro jurídico das actividades de pesca, de formar e capacitar os quadros nacionais no domínio da elaboração de textos jurídicos e programas.

Da implementação, espera-se que o país será dotado de (i) um quadro jurídico institucional da indústria agro-alimentar, em conformidade com as normas internacionais; (ii) de pessoal cujas capacidades foram reforçadas na elaboração de textos jurídicos e programas relacionados com o sector agro-agro-alimentar.

5.6.4. Subprograma 4 reforço das capacidades de planificação, de análise, de seguimento e de coordenação do sector agrícola

O objetivo do subprograma é o de reforço das capacidades estruturais e funcionais das instituições do sector agrícola em matéria de colheita e tratamento de informações úteis para a planificação. Valeria dotar estas instituições de condições de trabalho que as tornem operacionais. A realização do censo agrícola seria uma das ações prévias.

Os ministérios concernentes são (a) o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP), o Ministério do Comércio da Indústria e Turismo (MICIT), o Ministério das Obras Públicas, dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente (MOPRNA)

Os resultados esperados da implementação do subprograma são: (i) pesquisas agrícolas são realizadas regularmente pelas instituições; (ii) o sistema de monitoramento e a avaliação do setor é definido e implementado, (iii) o sector agrícola é dotado de capacidades de monitoramento e avaliação das actividades económicas do país e fornece informações fiáveis para as contas nacionais.

5.6.5. Subprograma 5 : Reforço da capacidade de gestão administrativa e financeira do MADRP

O objetivo é de fortalecer as capacidades estruturais e funcionais para assegurar uma gestão eficaz das finanças, recursos humanos e do património do MADRP.

Esperava-se que a implementação do subprograma daria lugar aos seguintes resultados: (i) o sistema de gestão financiado sector está alinhado com o sistema de administração financeira do Estado (SAFE) (ii) o sistema das aquisições do sector conforme os procedimentos das aquisições públicas do Estado, (iii) o sistema de gestão de recursos humanos aproxima-se daquele que é executado nas grandes empresas privadas.

VI. AS SINERGIAS E COMPLEMENTARIDADES DA PNIASAN

O PNIASAN está em harmonia com as estratégias nacionais que são o ENRP (2012-2016), o PNSAN (2012-2023), CAPADRP (2025) bem como as estratégias regionais, particularmente o PRIASAN da CEEAC.

O Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional programa (PNSAN) - 2012-2023

O programa foi elaborado para responder às preocupações da realização dos ODM, especialmente o ODM 1 de luta contra a pobreza, a fome e a desnutrição. O objetivo é de contribuir de forma sustentável para lutar contra a insegurança alimentar e nutricional e melhorar a qualidade de vida. O governo de STP recomenda que as prioridades de investimentos definidas no PNSAN inseridas no processo PDDAA, consequentemente no PNIASAN-STP

O Programa Regional de Investimentos Agrícolas, de Segurança Alimentar e Nutricional (PRIASAN)

O PRIASAN é o instrumento de operacionalização da política agrícola comum da PAC /CEEAC. Ele se inscreve numa visão comum das prioridades nacionais e regionais e concentra-se na (i) gestão das interdependências entre Estados-Membros (ii) cooperação em torno dos problemas comuns a vários países para os quais o nível regional permite de realizar economias de escala, (iii) a gestão das relações com o mundo exterior.

Os 4 quatro componentes do PRIASAN são coerentes com as prioridades do PNIASAN, ou seja (a) a promoção dos sectores estratégicos para a segurança alimentar, (b) a gestão dos recursos naturais e a segurança da posse da terra, (c) a promoção de um ambiente económico favorável à segurança alimentar, (d) o acesso à alimentação para pessoas vulneráveis e expostas às crises alimentares.

Quadro 11: Ligações entre os pilares do PDDAA e os eixos do PNSAN, do PRIASAN e do PNIASAN-STP

PNSAN (2012-2023)	Pilares PDDAA	Eixos PRIASAN	Eixos PNIASAN-STP
Eixo 1: Melhoria da produtividade e aumento das produções agrícolas	Pilar 1: Extensão de áreas sob gestão sustentável das terras e sistemas fiáveis de controle de água	Eixo 1: Gestão de recursos naturais e garantia de posse de terra	Eixo1 Intensificação sustentável e diversificação da produção agro-pastoral Eixo 2 Promoção dum desenvolvimento sustentável das pescas Eixo 3 Gestão sustentável dos recursos naturais
Eixo 2: Melhoria do sistema de comercialização e de acesso aos mercados	Pilar II: Melhoria das infra-estruturas rurais e das capacidades comerciais dos mercados	Eixo 2: Promoção de um ambiente económico favorável à segurança alimentar Eixo 3: Promoção dos sectores estratégicos para a segurança alimentar	Eixo 4 Acesso aos mercados e aofinanciamento
Eixo 3: Melhoria do estado nutricional e sanitário da população	Pilar III. Aumentando do fornecimento alimentar, redução da fome e melhoria das respostas urgentes às crises alimentares	Eixo 4: Acesso à alimentação para pessoas vulneráveis expostas a crises alimentares Eixo 3: Promoção dos sectores estratégicos para a segurança alimentar	Eixo 5 Melhoria do estado nutricional das populações e gestão das vulnerabilidades
Eixo 4: Reforço institucional	Pilar IV: Melhoria da pesquisaagronômica e difusão dastecnologias Pilar V: Reforço das capacidades, género e mudanças climáticas	Eixo 3: Promoção dos sectores estratégicos para a segurança alimentar Eixo 2: Promoção de um ambiente económico favorável à segurança alimentar	Eixo 6 Reforço dasCapacidades Institucionais

VII. CUSTOS E NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO

O custo global do PNIASAN é de 26,8 milhões de USD para o período 2014-2018. O modo de financiamento divide-se em financiamento público de 22,67 milhões de dólares USD e um financiamento privado de 4,13 milhões de dólares USD.

Dado o actual contexto económico da RDSTP, Estado frágil muito dependente da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e implementado uma segunda estratégia para redução da pobreza, ENRP II (2012-2016), a contribuição pública comporta essencialmente os concursos da APD. Com efeito ao longo do período 2005 à 2010, os investimentos no país foram financiados a mais de 90% pelos parceiros externos. O financiamento privado é limitado à participação dos beneficiários.

A análise das contribuições dos parceiros, através de projetos e programas de cooperação assinados ou em negociação avançada e cuja aplicação é prevista entre 2014 e 2018, mostra que para certos programas e subprogramas os recursos financeiros já são cobertos. Em contrapartida, as intervenções atuais e futuras no sector da gestão dos recursos naturais continuam sendo muito limitadas.

Quadro 12: Custos estimados (por categorias de despesas em (USD 4)

Rúbrica	total	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Investimentos	12739000	6674000	3377500	1777500	565000	345000
Pessoal	7151900	1436820	1496820	1506820	1410720	1300720
Materiais de consumo	1838400	367680	367680	367680	367680	367680
Funcionamento	3796200	1048360	686960	686960	686960	686960
Subtotal	25525500	9526860	5928960	4338960	3030360	2700360
imprevistos (5%)	1276275	476343	296448	216948	151518	135018
Total	26801775	10003203	6225408	4555908	3181878	2835378

Quadro 13: Custos estimativos (por programas em (USD 5)

Rúbrica	custo total	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Programa 1	6155625	2199015	1594215	1221465	622965	517965
Programa 2	5117070	2264577	1452927	610302	418257	371007
Programa 3	3653160	1259832	797832	776832	409332	409332
Programa 4	5009760	1843632	833532	891282	781032	660282
Programa 5	1526910	434217	301392	304017	243642	243642
Programa 6	5339250	2001930	1306830	813330	645330	571830
Total	26801775	10003203	6286728	4617228	3120558	2774058

⁴ 1 USD é igual 18500 Dorbras de São Tomé e Príncipe. A dobra teve uma paridade fixa 24500 Dorbras por 1 €.

⁵ 1 USD é igual 18500 Dorbras de São Tomé e Príncipe. A dobra teve uma paridade fixa 24500 Dorbras por 1 €.

Quadro 14: Custos e financiamento

Rtítulo	Financiamento (milhões \$US)				
	Custos	Distribuição		Disponível	Défice
		Público	Privado		
Intensificação sustentável e diversificação da produção agro-pastoral	6,15	4,27	1,88	X	-
Desenvolvimento sustentável das pescas	5,12	4,58	0,54	X	Sim
Gestão sustentável dos recursos naturais	3,65	3,26	0,39	X	Sim
Acesso aos mercados e aos financiamentos	5,01	4,36	0,65	X	
Melhoria do estado nutricional da população e a gestão das vulnerabilidades	1,53	1,32	0,21	X	Sim
Reforço das capacidades institucionais	5,34	4,88	0,46	X	Sim
Custos estimativos totais	26,80	22,67	4,13	22,47	4,1

XIII IMPACTOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS

Os impactos são variados de um programa para outro, mas o impacto global é positivo no final da execução do PNIASAN. A realização do objectivo de redução da pobreza, a insegurança alimentar e nutricional está associada aos impactos sociais e ambientais muito significativos, como o indica o quadro abaixo.

O programa intensificação e diversificação das produções agro-pastorais, através dos resultados de aumentos nos volumes de produção, melhoria da produtividade (impactos económicos) gera impactos sociais (melhor alimentação, bem-estar, empregos...) e ambientais (melhores usos de pesticidas e produtos fitofarmacêuticos)

- O programa de pesca induz a impactos económicos e sociais: rendimentos dos atores, emprego, recuperação profissional redução da pobreza, segurança das actividades com novos equipamentos de pesca.
- Programa de gestão sustentável dos recursos naturais produto de impactos económicos através da valorização dos recursos florestais e de terra; importantes impactos sociais relacionados com a clarificação de títulos de posse terra em suspenso desde a reforma agrária e muitos impactos ambientais pelos conhecimentos e planos de gestão para serem elaborados e implementados;
- O programa de acesso aos mercados e financiamentos mostra os impactos económicos decorrentes das infra-estruturas e financiamentos criados, impactos sociais para os recursos humanos envolvidos e os riscos ambientais que têm a haver com a construção de estradas nas áreas florestais;
- O programa de melhoria do estado nutricional e de gestão das vulnerabilidade tem um impactos económicos nas economias realizadas por um sistema de prevenção de crises agrícolas agrícolas e alimentares e os impactos sociais importantes, induzidos graças a melhoria do estado nutricional e sanitário da população.
- O programa de reforço das capacidades institucionais inclui impactos sociais fundamentais do desenvolvimento dos recursos humanos, o maior desafio para RDSTP para conduzir com

sucesso as políticas e estratégias de desenvolvimento. As capacidades nacionais reforçadas nas áreas de gestão de produtos tóxicos e perigosos contribuem para a preservação do meio ambiente do país.

Quadro 15: Impactos económicos, sociais e ambientais do PNIASAN

Programa	Impactos económicos	Impactos sociais	Impactos ambientais
Intensificação e diversificação sustentável da produção agro-pastoral	Aumento dos volumes de produções vegetais e animais de 30% a 40% Aumento dos volumes dos produtos exportados de 40% Redução das importações de produtos alimentares de 50%.	Melhoria e diversificação da oferta alimentar Aumento dos rendimentos; Redução da pobreza Melhoria do emprego	Redução dos riscos de poluição das águas e do meio ambiente. Redução dos riscos de inundações e de erosão das águas
Desenvolvimento sustentável da pesca	Aumentadas capacidades de capturas da pesca artesanal e semi industrial Melhor utilização dos produtos da pesca	Aumento das competências técnicas e profissionais Melhoria de emprego e dos rendimentos Redução da pobreza Maior segurança no mar dos pescadores	Redução dos riscos de sobre-exploração dos recursos haliêuticos e a adoção do código de conduta para uma pesca responsável Redução dos riscos de poluição e de degradação costeira.
Gestão sustentável dos recursos naturais	Exploração racional dos recursos de terra, hídricos e florestais. Melhor aproveitamento de produtos florestais não-madeireiros (PFNM) Redução dos gastos com energia	Garantia de exploração e redução de disputas de terra. Melhoria de emprego e de rendimentos Redução da pobreza	Melhor conhecimento dos recursos e de sua exploração Conservação de 30.000 hectares de florestas secundárias Criação de florestas comunitárias Economia de energias Redução do desflorestamento

Programa	Impactos econômicos	Impactos sociais	Impactos ambientais
Acesso aos mercados e aos financiamentos	<p>Acesso a mercados estáveis e lucrativos</p> <p>Fácil acesso ao crédito e financiamentos necessários para investimento agrícola</p> <p>Disponibilidade de informações sobre os mercados locais, regionais e internacionais</p>	<p>Reforço das capacidades dos actores dos sectores agrícolas.</p> <p>Melhoria da mobilidade de bens e pessoas</p> <p>Melhores qualidades, incluindo sanitária dos produtos.</p>	<p>Redução dos riscos de saúde ligados aos alimentos.</p>
Melhoria do estado nutricional das populações e a gestão das vulnerabilidades	<p>Ganhos nos mercados de produtos alimentares locais para abastecer as cantinas escolares do programa nacional</p>	<p>Melhoria do estado nutricional e sanitário da população</p> <p>Redução das incidências sociais das crises agrícolas alimentares</p> <p>Sensibilização dos jovens às práticas agrícolas</p> <p>Enraizamento nos hábitos alimentares baseados nos recursos locais</p>	
Reforço das capacidades institucionais	<p>Aumento da produtividade, da produção da transformação agrícolas</p> <p>Reforço das capacidades das organizações profissionais e da sociedade civil agrícolas</p> <p>Melhor ambiente jurídico, político e de apoio operacional do sector agro-alimentar.</p>	<p>Maior oferta técnica e tecnológica</p> <p>Reforço das capacidades individuais e coletivas para a efetiva participação dos actores. públicos e privados ao desenvolvimento do sector agrícola</p>	<p>Melhor tomada em consideração dos desafios e as questões ambientais e aumento da capacidade de acompanhamento dos impactos ambientais de projectos e programas. Redução dos impactos negativos do meio ambiente</p>

IX IMPLEMENTAÇÃO, GESTÃO COORDENAÇÃO, PARCERIA, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A implementação do PNIASAN na RDSTP é inspirada pelos valores e princípios fundamentais do PDDAA a saber (i) parcerias e alianças, provando o envolvimento de todas as partes integradas, pois a agricultura afeta todos os setores, (ii) o diálogo, a revisão pelos pares da responsabilidade mútua, são abordagens que levam as partes integrantes a uma participação inclusiva e de facto a uma responsabilidade coletiva. (iii) a exploração de complementaridades e cooperação regionais, as necessidades comuns e vantagens comparativas. (iv) boa governação e equidade...

A implementação é discutida nos três seguintes aspectos; (a) gestão e coordenação a nível institucional, (b), parcerias e alianças e (c) acompanhamento-avaliação

9.1 gestão e coordenação

A gestão do PNIASAN, de acordo com uma abordagem do programa, será nacional, com a colaboração de parceiros técnicos e financeiros.

9.1.1. O quadro institucional da gestão do PNIASAN

Instituições que intervirão na implementação do PNIASAN são: as instituições do setor público, as instituições financeiras (bancos), os operadores privados, as Organizações não-Governamentais e organizações de produtores.

As instituições públicas integrarão representantes do (i) Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, (ii) Ministério do Plano e Finanças, (iii) Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, (iv) Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, (v) o Ministério das Obras Públicas, Infra-Estruturas e Recursos Naturais, (vi) Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais, (vii) Ministério da Educação, Cultura e da Formação (viii) Assembleia Nacional

Com as outras partes interessadas do sector privado, organizações profissionais agrícolas e as ONGs, estas instituições formarão um Comité de Pilotagem do PNIASAN (CP-PNIASAN) sob a Presidência do Ministério da Agricultura, das Pescas e do Desenvolvimento Rural (MAPDR).

O CP-PNIASAN assegura as funções de orientação e supervisão da boa execução do PNIASAN. Ele terá um Secretariado Técnico Executivo (STE) responsável pela coordenação geral e execução do programa e mais especificamente das atividades de formulação dos projetos, acompanhamento do processo de sua aprovação e implementação, mobilização de recursos e seguimento-avaliação do PNIASAN.

Os subprogramas e projetos serão geridos pelas Unidades de Gestão e Coordenação (UGC) afetos a uma supervisão técnica administrativa e neste caso o Departamento Ministerial responsável pelas atividades principais do projeto ou subprograma. As UGC elaboram os planos de trabalho e orçamentos anuais, bem como relatórios técnicos e financeiros do progresso de fim de execução, dos subprogramas e projetos sob a supervisão do STE que os submete ao CP-PNIASAN.

9.1.2. Os mecanismos de gestão e de coordenação

Com vista a garantir uma gestão e uma coordenação de conformidade com os valores e princípios da PDDAA, mecanismos deverão levar a uma transparência na execução e uma obrigação de prestação de contas a todas as partes integrantes. Neste caso, os mecanismos de gestão, coordenação bem como de supervisão, acompanhamento e avaliação dos subprogramas projectos deverão ser submetidos a uma análise minuciosa para atender a esses requisitos.

Dependendo da amplitude o PNIASAN será criado em seu seio, uma célula, uma unidade ou chamado um ponto focal encarregue da coordenação do PNIASAN. Esta entidade estará em contacto permanente com os subprogramas, projetos ou componentes onde o seu departamento está envolvido. Ela assegura a coordenação intra institucional. A coordenação intersectorial é realizada a nível do Secretariado Técnico Executivo (STE) para os aspectos operacionais e sobre os aspectos estratégicos e políticos pelo CP-PNIASAN.

A periodicidade das reuniões é mensal a nível dos departamentos ministeriais, trimestral a nível do STE e semestral a nível do CP-PNIASAN.

9.2. Parceria e alianças

Uma das mais valias da PDDAA é o lugar central da parceria e das alianças no desenvolvimento da agricultura visando o crescimento, a redução da pobreza, da fome e da insegurança alimentar.

Na RDSTP, o desenvolvimento dos sectores agrícolas em mercados de nichos de acordo com a abordagem de desenvolvimento económico pelo mercado inaugurou uma era de parceria público-privada (PPP) inovadora. As partes envolvidas do PNIASAN poderiam inspirar-se e desenvolver parcerias desse tipo mutuamente benéficas porque facilitaria o acesso aos mercados regionais e internacionais, contribuindo para o aumento da produtividade através de contributos técnicos e de organização.

9.3 Seguimento-Avaliação (Mecanismos e Indicadores)

O sistema de Seguimento e avaliação, envolverá todas as partes interessadas nacionais e os parceiros técnicos e financeiros de conformidade com os valores e princípios da PDDAA. O Secretariado Executivo Técnico (STE), em colaboração com as UGC e Direções responsáveis pelos estudos e planificação dos departamentos ministeriais envolvidos assegura a gestão do sistema.

No entanto, os subprogramas e os projetos teriam mais vantagem dispondo de células específicas do seguimento e avaliação.

Os principais indicadores que serão seguidos incidirão sobre (i) os resultados das actividades realizadas ; (ii) os benefícios socio-económicos (iii) o impacto ambiental das acções empreendidas.

Os resultados das actividades realizadas serão avaliadas a nível dos subprogramas e projetos no quadro do acompanhamento das actividades e das avaliações periódicas a meio percurso e de fim da execução.

Os benefícios socioeconómicos esperados são;

- ✓ um aumento da produtividade e produção agrícolas

- ✓ maior acesso dos agricultores aos mercados locais, regionais e internacionais
- ✓ o aumento dos rendimentos das famílias agrícolas
- ✓ melhoria da segurança alimentar e nutricional
- ✓ a redução da pobreza e da fome
- ✓ criação de empregos tanto em áreas rurais como urbanas
- ✓ redução do êxodo rural através da ocupação dos jovens com projetos ou com pequenas e médias empresas agrícolas (PMEA)
- ✓ a melhoria da balança comercial
- ✓ um aumento da taxa de crescimento do PIB de pelo menos 6% por ano

O impacto ambiental será apreciado com base em critérios relacionados com a degradação das terras, o desmatamento e poluição das águas. Ele será objeto de uma avaliação no final da implementação do PNIASAN para orientar as atividades futuras.

9.4. Análise estratégica e gestão dos conhecimentos

O sistema Regional de análise estratégica e gestão dos conhecimentos (ReSAKSS) foi aprovado em 2006 pela Comissão da União Africana como a plataforma de avaliação e acompanhamento dos progressos realizados na implementação do PDDAA ao nível regional e nacional. Os progressos na implementação do PNIASAN-STP serão seguidos através de cerca de trinta indicadores agrícolas que o ReSAKSS utiliza para caracterizar os sistemas nacionais de análise estratégica e de gestão dos conhecimentos (SAKSS).

Em colaboração com os órgãos governamentais, centros de pesquisa, escolas de ensino superior, serviços de estatística, o STE implementará e realizará o sistema nacional de análise estratégica e de gestão de conhecimentos.

X ANÁLISE DOS RISCOS E SUSTENTABILIDADE

10.1. Condições de sustentabilidade do Plano nacional

Os programas são derivados dos eixos prioritários definidos a nível nacional pelas partes envolvidas, a novidade da abordagem no sistema de planificação e gestão pode ser a fonte de resistências à mudança e, pode comprometer deste modo a execução.

A condição de sustentabilidade dos programas do Plano será abordada aquando da formulação dos programas e projetos. Ela tomará em conta as três dimensões da sustentabilidade: social, económica e ambiental e basear-se-á consoante suas escolhas nas evidências técnicas e científicas. O sistema de acompanhamento e avaliação da rede nacional de análise estratégica e de gestão dos conhecimentos (SAKSS) que será implementado procurará dar todas as respostas a este problema, fornecendo as informações necessárias e orientando o processo de implementação.

10.2 Riscos eventuais e meios de mitigação

Os riscos a que os programas doPNIASAN podem enfrentar são de vários tipos:

- ✓ Os riscos institucionais, relacionadas com o disfuncionamento das estruturas e a inadequação do quadro jurídico com suas consequências na planificação estratégica, a programação, gestão e coordenação dos programas e projetos:
- ✓ Os riscos financeiros resultantes do não cumprimento dos compromissos das partes provedoras de recursos, falha na aplicação dos procedimentos de desembolso, passações dos mercados e a execução das despesas que provocarão atrasos ou amputações na execução dos programas e projectos e afetarão a coerência global do PNIASAN
- ✓ Os riscos relativos ao ambiente económico, político e social dentro do país e a nível regional e internacional.

Riscos climáticos e zoo-sanitários e fitossanitários

As ações previstas tanto no ajuste do quadro institucional e no reforço das capacidades nacionais serão susceptíveis de reduzir a probabilidade de ocorrência dos riscos institucionais.

Em matéria de riscos financeiros, os esforços que serão necessários do Governo e seus parceiros continuam a ser razoáveis, mesmo em caso de situação económica desfavorável.

Medidas de prevenção e controle tomadas no que diz respeito às catástrofes naturais, zoo-sanitárias e fitossanitárias limitam as ocorrências maiores de tais riscos e suas consequências económicas, sociais e ambientais.

ANEXO 1: Quadro Lógica de Resultados

Objetivo Global: Alcançar um crescimento anual de 6% do sector agrícola, a fim de realizar a redução do nível de pobreza, erradicar a fome e insegurança alimentar

Indicadores	Referência	Alvo 2020	Fonte de verificação	Hipóteses
Taxa anual de crescimento do PIB agrícola	2,8%	6%	Referência de estudos e relatórios de pesquisas	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros
Melhoria da balança comercial	-41%	-20%	Relatório Inquéritos demográfico e de saúde	Melhor governação e qualidade das despesas.
Redução do índice da pobreza	54 %	25.9 %		
Taxa de desnutrição crónica	29%	14%		

Objectivo estratégico 1: Promover a produtividade, o aumento, a diversificação das culturas alimentares do consumo interno, das culturas de exportação, da produção avicultura e criação de pequenos ruminantes, suínos e coelhos

• <i>Objetivo específico 1.1. Melhoria da produtividade e da produção vegetal</i>				
Indicadores	Referência 2009-2011	Alvo 2020	Fonte de verificação	Hipóteses
As quantidades produzidas das culturas de consumo interno	58 000 T	145590 T	Relatórios de execução de projetos e programas, pesquisas e avaliação	Respeito dos compromissos assumidos
Volumes das exportações agrícolas	2300 T	9780 T		Governança e qualidade das despesas. Compromisso dos serviços de apoio
Porcentagem de hectares semeados com sementes e plantas melhoradas	nd	10%		

• *Objetivo específico 1.2: Promoção criação de gado de ciclo curto*

Indicadores	Referência 2009-2011	Alvo 2020	Fonte de verificação	Hipótese
Produção de carne	657 T	830 T	Relatórios de implementação de projetos e programas, pesquisas e avaliação	Respeito dos compromissos assumidos
Produção de ovos	114 T	140 T	Visitas de terrenos	Governança e qualidade das despesas.
Número de comunidades rurais apoiadas	Nd	60		Compromissos dos serviços de apoio

--	--	--	--	--

Objectivo específico 1.3. Suporte de pequenas infra-estruturas tem processamento, sistemas de irrigação e gestão de água

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
O centro de tecnologias agro-alimentar está criado e é funcional	0	1	Relatórios dos serviços e dos projetos programas, pesquisas, visitas de terreno	
Superfícies das áreas irrigadas e rehabilitadas (ha)	9700	12700		
Número de redes de água para usos múltiplos	nd	60		

Objectivo estratégico 2 "promover melhores condições para as actividades de pesca, numa perspectiva de gestão sustentável dos recursos haliêuticos.

- *Objectivo específico 2.1: Exploração e gestão sustentável dos recursos haliêuticos*

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
Potenciais dos recursos haliêuticos está atualizado	0	1	Relatório de estudo e Pesquisas	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros Melhor governança e qualidade das despesas
Textos jurídicos para a conservação e proteção dos recursos haliêuticos	0	1		

- *Objectivo específico 2.2: aumento das capturas*

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
Fabricação de barcos melhoradas	nd	100	Relatórios de serviços, de pesca	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros Melhor governança e
Produções de pescado	4827 T	9740 T		

				qualidade das despesas
--	--	--	--	------------------------

• *Objectivo específico 2.3. Melhorar o escoamento aos mercados dos produtos*

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
Número de técnicas de processamento, conservação introduzidas	2	5	Relatórios e Pesquisas	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros
Número de operadoras dos produtos de pesca formadas e enquadradas	0	3 00		Melhor governança e qualidade das despesas
Número de desembarques infra-estruturas localizados		13		
Quantidade de produtos da pesca transformados fornecidos às cantinas escolares (T)		500		

Objectivo estratégico 3 promover ações que contribuam para um ambiente saudável e uma utilização racional dos recursos de terra, florestais e hidrográficos.

Objectivo específico.3.1 criação de mecanismos de gestão de recursos naturais

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
Inventário e mapeamento de recursos de terra e floresta	Inventário florestal, de 1999, Plan Director de Água de 2011 plano Estratégia Nacional e Plano de Ações sobre a	Inventário florestal, Inventário e Guia sobre Biodiversidade	Relatórios e Pesquisas	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros
Plano de manejo de recursos florestais, terra e água natural,				Melhor governança e qualidade das despesas

	Biodiversidade-STP 2004			
--	-------------------------	--	--	--

Objectivo específico 3.2. : Informações sobre o sistema de posse de terra

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
Atualização da lei de posse de terras informações sobre a posse de terras a favor da pequenas explorações	0	Mapa cadastral	Textos jurídicos disponíveis, mapa cadastral preparada e divulgada	Compromisso político e disponibilidade de recursos

Objectivo específico 3.3: Gestão das florestas secundárias e a luta contra o desmatamento

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
Plano de gestão das florestas secundárias elaborado	Lei florestal N05/2001	Plano de gestão elaborado	Relatórios e Pesquisas	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros
Número de leis aprovadas e promulgadas		Sistema de controlo contra a exploração ilegal de madeiras eficaz		Melhor governança e qualidade das despesas
		Lei florestal de proteção do meio ambiente é aplicada		

Estudos do objectivo específico 3.4 sobre a utilização de novas formas de energia

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
-------------	------------	-----------	----------------------	-----------

Estabelecimento duma seção funcional das energias renováveis dentro da empresa EMAE	0	A seção de energia renovável da EMAE institucionalizada	Relatórios e Pesquisas	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros
Número de rede de distribuição	0	1		Melhor governança e qualidade das despesas
Número de centrais hidrelétricas, eólicas, solares fotovoltaicas instaladas	Duas (2) Centrais Hidroelétricas	Nova centrais instaladas (hídrica, eólica, solares)		
Número de fogões Ecoeficientes disponível	0	500		

Objetivo específico 3.5 Abastecimento em água às comunidades agrícolas

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
Número de pessoas beneficiárias de água potável	89% (2011)	100% da população	Relatórios e Pesquisas	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros
Número de pessoas com acesso à água e saneamento	26% (2011)	40%		
Índice de casos de doenças de origem hídrica	18% de crianças com menos de 5 anos Afetados pela diarreia hídrica	5 %		Melhor governança e qualidade das despesas

Objectivo estratégico 4 contribuir, para um melhor acesso aos mercados e aos financiamentos, ao crescimento agrícola, a segurança alimentar e nutricional, a redução da pobreza.

Objectivo específico 4.1 Realce das produções agrícolas, através da redução das perdas pós-colheita, o processamento e acesso aos mercados estáveis e rentáveis

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
Km de estradas reabilitadas/construídas	Nd	100	Relatórios e Pesquisas	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros Melhor governança e qualidade das despesas
Número de mercados reabilitados/ construídas	Nd	13		
Número de armazéns reabilitados/ construídos	Nd	13		
Número de câmaras de frio instaladas	Nd	13		
Número de contratos e parcerias emitidos	Nd	10		
Número de beneficiários equipados para processamento de produtos	Nd	50		
Número de publicações sobre as normas de qualidade e segurança sanitária	0	3		

Objectivo específico 4.2 Modernização dos sectores agrícolas e das pescas através de facilidades de acesso ao crédito agrícola e microfinanças

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
Número de publicações de regulamento sobre as microfinanças	0	1	Relatórios e Pesquisas	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros Melhor governança e qualidade das despesas
Número de instituições de microfinanças criadas	0	5		
Número de beneficiários de microcréditos	0	3000		

Volume de créditos concedidos (bilhões de dobras)	1	5		
Número de publicações sobre o regulamento do Fundo de Desenvolvimento agrícola	0	1		

Objectivo estratégico 5 Melhoria do estado nutricional de diferentes grupos-alvo (crianças, mulheres grávidas, adultos); redução da taxa de prevalência de carências e doenças transmissíveis através dos alimentos e a promoção de políticas nutricionais

Objectivo específico 5.1. Melhoria do estado nutricional da população

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
Desnutrição crónica crianças de menores de cinco anos de forma severa	29% 12%	14% 5%	Relatórios e Pesquisas	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros Melhor governança e qualidade das despesas
Desnutrição aguda, crianças com menos de 5 anos de forma severa	10% 4%	5% 2%		
Taxa de aleitamento materno exclusivo até 6 (seis meses)	60%	80%		
Taxa de prevalência de doenças diarreicas transmitidas através de alimentos e água	18%	5%		
Taxa de carência em vitamina A nas crianças de menos de 5 anos	36,5%	10%		

Objectivo específico 5.2 Prevenção e gestão dos riscos de crises agrícola e alimentares

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
-------------	------------	-----------	----------------------	-----------

Implementação de um plano de contingência	0	1	Relatórios e Pesquisas	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros
Número de famílias beneficiárias	8000	6000		Melhor governança e qualidade das despesas

Objectivo estratégico 6: promover a sensibilização, formação e as capacidades dos atores do desenvolvimento agrícola, responsável pela formulação de políticas, pesquisa/desenvolvimento, produção, transformação e comercialização de produções agro pastorais e da pesca

Objectivo específico.6.1: Reforçar as capacidades das instalações de pesquisa e de extensão.

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
Número de divulgadores formados e às capacidades reforçadas	Nd	120	Relatórios e Pesquisas	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros
Número de pesquisas realizadas e transmitidas/divulgadas	Nd	3		Melhor governança e qualidade das despesas
Quantidades de sementes melhoradas transmitidas(T)	Nd	50		
Quantidades de assuntos melhorados nas explorações	Nd	3000		
Número de produtores e processadores às capacidades reforçadas e assistidas tecnicamente	nd	300		

Objetivo específico 6.2 Reforço capacidades das organizações profissionais no mundo rural (ONGs, associações profissionais)

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
-------------	------------	-----------	----------------------	-----------

Número de estruturas públicas e privadas de apoio institucional reforçadas	1	5	Relatórios e Pesquisas	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros Melhor governança e qualidade das despesas
--	---	---	------------------------	---

Objetivo específico 6.3: reforçar o quadro jurídico e regulamentar do sector agro-alimentar

Indicadores	referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
Número de técnicos formados e às capacidades reforçadas na elaboração de textos jurídicos que regem o sector agro-alimentar	Nd	10	Relatórios e Pesquisas	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros Melhor governança e qualidade das despesas
Quantidade de leis produzidas sobre a agro-alimentar, em conformidade com as normas internacionais	0	1		

- *Objetivo específico 6.4: Reforçar as capacidades de planificação, análise, acompanhamento e de coordenação do sector agrícola*

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
Um sistema de monitoramento e avaliação está operacional no Ministério responsável pelo sector rural	0	1	Relatórios e Pesquisas	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros Melhor governança e qualidade das despesas

Objectivo específico 6.5: Reforçar as capacidades de gestão financeira e gestão dos recursos humanos do MADRP;

Indicadores	Referência	Alvo 2018	Fonte de verificação	Hipóteses
Um sistema de gestão administrativa e financeira está funcional no Ministério responsável pelo desenvolvimento rural	0	1	Relatórios e Pesquisas	Respeito dos compromissos de todas as partes envolvidas e parceiros Melhor governança e qualidade das despesas

ANEXO 2: Custos de investimento

Quadro 1: Custos global do Plano Nacional de investimento agrícola e de segurança alimentar e nutricional (por categorias de despesas)

Rúbrica	Custo total	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Investimento	12 739 000	6 674 000	3 377 500	1 777 500	565 000	345 000
Pessoal	7 151 900	1 436 820	1 496 820	1 506 820	1 410 720	1 300 720
Materiais de consumo	1 838 400	367 680	367 680	367 680	367 680	367 680
Funcionamento	3 796 200	1 048 360	157 200	157 200	157 200	157 200
Subtotal	25 525 500	9 526 860	5 987 360	4 397 360	2 971 960	2 641 960
Diversos e imprevistos(5%)	1 276 275	476 343	299 368	219 868	148 598	132 098
Total	26 801 775	10 003 203	6 286 728	4 617 228	3 120 558	2 774 058

Quadro 2: Custos globais do Plano Nacional de investimento agrícola e segurança alimentar e nutricional (por programa)

Rúbricas	Custo total	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Programa 1	6 155 625	2 199 015	1 594 215	1 221 465	622 965	517 965
Programa 2	5 117 070	2 264 577	1 452 927	610 302	418 257	371 007
Programa 3	3 653 160	1 259 832	797 832	776 832	409 332	409 332
Programa 4	5 009 760	1 843 632	833 532	891 282	781 032	660 282
Programa 5	1 526 910	434 217	301 392	304 017	243 642	243 642
Programa 6	5 339 250	2 001 930	1 306 830	813 330	645 330	571 830
Total	26 801 775	10 003 203	6 286 728	4 617 228	3 120 558	2 774 058

Quadro 3: Programa 1: «Intensificação sustentável e diversificação da produção agrícola e da pecuária.

Rúbricas	Custo total	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Investimento	3396000	1601000	1025000	670000	100000	0
Pessoal	1074000	214800	214800	214800	214800	214800
Materiais de consumo	702800	140560	140560	140560	140560	140560
Funcionamento	689700	137940	137940	137940	137940	137940
Subtotal	5862500	2094300	1518300	1163300	593300	493300
Diversos e imprevistos (5%)	293125	104715	75915	58165	29665	24665
Total	6 155 625	2 199 015	1 594 215	1 221 465	622 965	517 965

Quadro 4: Programa 2: «Desenvolvimento sustentável da pesca».

Rúbricas	Custo total	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Investimento	2908000	1740500	967500	165000	35000	0
Pessoal	1288900	274220	274220	274220	238120	228120
Materiais de consumo	178800	35760	35760	35760	35760	35760
Funcionamento	497700	106260	106260	106260	89460	89460
Subtotal	4873400	2156740	1383740	581240	398340	353340
Diversos e imprevistos (5%)	243670	107837	69187	29062	19917	17667
Total	5 117 070	2 264 577	1 452 927	610 302	418 257	371 007

Quadro 5: Programa 3 «Gestão sustentável dos recursos naturais»

Rúbricas	Custo total	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Investimento	1 177 000	457 000	320 000	300 000	50 000	50 000
Pessoal	993 000	198 600	198 600	198 600	198 600	198 600
Materiais de consumo	77 400	15 480	15 480	15 480	15 480	15 480
Funcionamento	1 231 800	528 760	225 760	225 760	125 760	125 760
Subtotal	3 479 200	1 199 840	759 840	739 840	389 840	389 840
Diversos e imprevisto (5%)	173 960	59 992	37 992	36 992	19 492	19 492
Total	3 653 160	1 259 832	797 832	776 832	409 332	409 332

Quadro 6: Programa 4 «Acesso aos mercados e aos financiamentos».

Rúbricas	Custo total	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Investimento	2952000	1392000	430000	475000	370000	285000
Pessoal	1021000	204200	204200	214200	214200	184200
Materiais de consumo	456200	91240	91240	91240	91240	91240
Funcionamento	342000	68400	68400	68400	68400	68400
Subtotal	4771200	1755840	793840	848840	743840	628840
Diversos e imprevistos (5%)	238560	87792	39692	42442	37192	31442
Total	5 009 760	1 843 632	833 532	891 282	781 032	660 282

Quadro 7: Programa 5 «Melhoria do estado nutricional e gestão das vulnerabilidades».

Rúbricas	Custo total	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Investimento	344000	191500	65000	67500	10000	10000
Pessoal	747000	149400	149400	149400	149400	149400
Materiais de consumo	156200	31240	31240	31240	31240	31240
Funcionamento	207000	41400	41400	41400	41400	41400
Subtotal	1454200	413540	287040	289540	232040	232040
Diversos e imprevistos(5%)	72710	20677	14352	14477	11602	11602
Total	1 526 910	434 217	301 392	304 017	243 642	243 642

Quadro 8: Programa 6 «Reforço das capacidades institucionais».

Tópico	Custo total	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano4	Ano 5
Investimento	1 962 000	1 292 000	570 000	100 000	0	0
Pessoal	2 028 000	395 600	455 600	455 600	395 600	325 600
Materiais de consumo	267 000	53 400	53 400	53 400	53 400	53 400
Funcionamento	828 000	165 600	165 600	165 600	165 600	165 600
Subtotal	5 085 000	1 906 600	1 244 600	774 600	614 600	544 600
Diversos e imprevistos (5%)	254 250	95 330	62 230	38 730	30 730	27 230
Total	5 339 250	2 001 930	1 306 830	813 330	645 330	571 830

Quadro: Estimativa dos números por espécies e das produções animais 2005 a 2012

ESPÉCIES	UNIDADES	ANOS							
		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
BOVINOS	Cabeças	834	857	868	870	950	1000	1000	1048
Carne de bovino	Toneladas	5.7	10.4	5.1	5.9	6.4	6.1	9	12.5
SUÍNOS	Cabeças	26.452	26.882	26.984	27.379,0	27.639	27.643	27.657	28.210
Carne de porco	Toneladas	339	315	323.2	225.4	320	308	340	306
CAPRINOS	Cabeças	24.506	25.100	25.477	25.585	25.636	25.750	27.718	27.660
Carne de cabra	Toneladas	2.1	2.6	4.5	2.7	2.7	2.6	2.5	3.8
OVINOS	Cabeças	2.249	2.361	2.442	2.542	2.509	2.521	2.532	2.589
Carne ovina	Toneladas	0.4	0.4	1.6	1.1	1.4	1.5	2	1.8
AVES DE CAPOEIRA	Cabeças	178.655	187.620	193.303	193.560	194.141	195.075	195.105	200.105
Carnes	Toneladas	170	236	219.9	193	260	345	365	338
GALINHAS POEDEIRAS	Cabeças	12.148	19.941	76.075	44.386	17.500	17.750	21.295	15.498
OVOS	Unidades	2.623.968	2.791.494	4.261.136	2.510.181	990.000	2.366.600	2.371.829	2.789.640
Produção de ovos	Toneladas	127.4	134.7	247.6	168.9	59.4	142.8	141	167.3

Quadro das importações agrícolas e alimentares (milhões de dólares)

Ano	2006	2007	2008	2009	Média
Importações agrícolas	122551	149490	260779	360872	223423
Importações alimentares	147992	155137	193801	243510	185110
Subtotal	270543	304627	454580	604382	408533
Total das importações do país	884550	1085451	1677168	1673114	1330071
Porcentagem de importações agrícolas e alimentares	30,6	28,1	27,1	36,1	30,7

Quadro de projeções de produções agrícolas, animais e das pescas 2014-2018 (em toneladas)

	2009-2011	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Produção de carne	657	697	739	783	830	879	932	988
Ovos	114	122	131	140	150	160	172	184
Prod.vegetais alimentares	58000	67860	79396	92893	108685	127162	136063	145588
Cacau	2300	2990	3887	5053	6569	8539	9137	9777
Produção de peixe	4827	5406	6055	6781	7595	8507	9102	9739